

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ECONOMIA

ALINE SOUZA DOS SANTOS

**O TRABALHO DAS MULHERES NA TEORIA ECONÔMICA: ALGUNS
APONTAMENTOS À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA**

CRICIÚMA/SC

2016

ALINE SOUZA DOS SANTOS

**O TRABALHO DAS MULHERES NA TEORIA ECONÔMICA: ALGUNS
APONTAMENTOS À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Giovana Ilka Jacinto Salvaro

CRICIÚMA/SC

2016

ALINE SOUZA SANTOS

**O TRABALHO DAS MULHERES NA TEORIA ECONÔMICA: ALGUNS
APONTAMENTOS À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 04 de Julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora (UNESC) - Orientador

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC)

Prof. Ismael Gonçalves Alves - Doutor - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais Vilma e Manoel, aos meus irmãos Lucas e Fernando, ao meu namorado Joelson, a minha amiga Jéssica, e as professoras Giovana e Alexandra.

“Os economistas tinham sobretudo a obrigação de não nos andarem a calcular inflacções e a taxa de juros e essas coisas, mas dizerem de que maneira é que nós podemos fazer avançar a gratuidade da vida.”

Agostinho da Silva

RESUMO

SANTOS, Aline Souza dos. O trabalho das mulheres na teoria econômica: alguns apontamentos a luz da teoria Econômica Feminista. 2016. 66 Páginas. Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Economia. Curso de Economia, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O presente estudo tem como objetivo avaliar como o trabalho das mulheres se apresenta na teoria econômica feminista. O alcance de tal objetivo foi instrumentalizado pelos seguintes objetivos específicos: abordar a temática da divisão sexual do trabalho em uma perspectiva de gênero; dialogar com a literatura sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, em suas diferentes áreas do conhecimento; estudar o reconhecimento do trabalho das mulheres na economia feminista; avaliar os diferentes aspectos da posição do trabalho das mulheres na teoria econômica feminista em contraposição à teoria econômica neoclássica. O estudo foi de abordagem qualitativa, realizado por meio da pesquisa bibliográfica de natureza descritiva e explicativa, abordando a economia feminista no âmbito da ciência econômica. As conclusões indicam que, por mais que a participação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas tenha passado por muitas metamorfoses ao longo dos anos, com avanços em várias áreas do conhecimento, as teorias econômicas clássicas e neoclássica, pautadas nos cânones da ciência materialista que subjaz em um viés androcêntrico, ainda negam às mulheres seu papel enquanto agentes econômicos. Isto porque, de acordo com a economia feminista, nenhuma das abordagens é capaz de absorver o trabalho não quantificável desempenhado no lar, atividades econômicas não mercantis, suas articulações com a produção capitalista e a participação da mulher na reprodução da força de trabalho.

Palavras-chaves: Economia Feminista, gênero, trabalho reprodutivo, esfera produtiva, esfera reprodutiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O TRABALHO DAS MULHERES COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: APROXIMAÇÕES INICIAIS.....	13
2.1 O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA	13
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ANÁLISE DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA COMO “SECUNDÁRIA”	16
3 O TRABALHO DAS MULHERES NA ECONOMIA FEMINISTA: UM DEBATE RECENTE	31
3.1 A ECONOMIA FEMINISTA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: DEFINIÇÕES E PRESSUPOSTOS	31
3.2 A CATEGORIA GÊNERO NA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA: “DESNATURALIZANDO” A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O TRABALHO DAS MULHERES	35
3.3 SOBRE A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: CRÍTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA AO MODELO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo de conclusão de curso tem como tema o trabalho das mulheres na teoria econômica feminista. De acordo com Teixeira (2008), a ideia da sociedade, no que tange à participação das mulheres nas esferas consideradas produtiva e reprodutiva, passou por muitas transições e modificações, com avanços significativos em várias áreas do conhecimento. No entanto, os atuais estudos sobre as diferentes posições sociais e econômicas ocupadas por homens e mulheres, ainda, têm um longo caminho a percorrer, tendo em vista as bases teóricas clássicas econômicas, envolvendo a produção capitalista, que separaram o trabalho doméstico do trabalho produtivo. Estas visões são decorrentes, principalmente, pelo momento histórico em que foram elaboradas, quando a produção voltada para o autoconsumo familiar estava em processo de mudança, separando-se da produção destinada ao mercado (TEIXEIRA, 2008).

Ainda para a autora, o feminismo não era pauta nas análises econômicas marxistas e neoclássica. Nos diversos paradigmas destas concepções econômicas, o trabalho das mulheres, no mercado e no ambiente doméstico, vai ser impregnado de preconceito e machismo. Dividindo assim, os indivíduos que estariam fadados à dependência e as tarefas domésticas, com uma participação no mercado de trabalho complementar, e os privilegiados a remuneração e participação efetiva no sistema (TEIXEIRA, 2008).

Neste sentido, a segregação e diferenciação profissional assumem um caráter fundamental nas discussões trabalhistas de gênero, destacando-se como fator limitador às possibilidades das mulheres no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2008). Tendo em vista as considerações apresentadas, o presente estudo busca problematizar e analisar a temática do trabalho das mulheres na teoria econômica feminista.

Como objetivo geral, buscou-se avaliar como o trabalho das mulheres se apresenta na teoria econômica feminista. O alcance de tal objetivo foi instrumentalizado pelos seguintes objetivos específicos: abordar a temática da divisão sexual do trabalho em uma perspectiva de gênero; dialogar com a literatura sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, em suas diferentes áreas do conhecimento; estudar o reconhecimento do trabalho das mulheres na

teoria econômica feminista; avaliar os diferentes aspectos da posição do trabalho das mulheres na teoria econômica feminista em contraposição à teoria econômica neoclássica.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva e explicativa, abordando a economia feminista no âmbito da ciência econômica. A partir da definição de Gil (2010, p.28), por um lado, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”; por outro, as pesquisas explicativas “têm como preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” A abordagem de análise da pesquisa foi qualitativa, pois se pretendeu compreender e apresentar análise de um mesmo tema na ciência econômica.

Atualmente, no que diz respeito à consideração do trabalho feminino na questão econômica, tem-se muitos avanços teóricos e empíricos. Um dos instrumentos que permitem reconhecer e conhecer as experiências das mulheres é o sistema de indicadores de gênero, que serão apresentados no decorrer do trabalho.

A ideia de desenvolvimento baseada em aspectos sociais como emprego, educação e equidade é recente; até 1950 o Produto Interno Bruto (PIB), que restringe a visão econômica à produção de mercadorias, era o indicador natural do crescimento econômico. Ocorre que, muitos destes indicadores de desenvolvimento incorporados nas análises são insensíveis ao gênero e acabam ocultando as diferentes experiências de homens e mulheres, como o acesso desigual ao bem-estar social e aos recursos econômicos (TEIXEIRA, 2012).

A fim de visibilizar o trabalho reprodutivo feminino, algumas estudiosas mensuram a contribuição dos afazeres domésticos para o PIB. Alguns estudos empíricos se desenrolam nesta direção, pois, ao não se outorgar valor às atividades desenvolvidas no lar, corre-se o risco destas, bem como os indivíduos que as realizam permanecerem ocultos nas análises econômicas.

Mas como reconhecer o trabalho das mulheres, desempenhado no âmbito não mercadológico, sem outorgar valor de troca a estas atividades que, em sua maioria, nem possuem equivalentes no mercado? Como valorar atividades não monetárias incorporá-las à estrutura macroeconômica? Ou ainda, como incorporar a produção, que não de mercadoria, aos postulados da teoria econômica?

Certamente, é uma questão muito complexa, que explanaremos no decorrer do estudo.

Um dos estudos empíricos, realizados no Brasil neste sentido, foi desenvolvido por Melo e Castilho (2009). Nele, analisa-se, a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2005, o tempo gasto por homens e mulheres nos afazeres domésticos. No estudo, conclui-se que as atividades domésticas, relacionadas à reprodução da vida, são pesadamente uma incumbência feminina, sejam analfabetas ou mulheres com educação superior, ocupadas ou fora do mercado de trabalho. (MELO; CASTILHO, 2009). A mensuração dos afazeres domésticos no PIB de 2015 foi feita pelas autoras citadas considerando o mês de setembro como rendimento médio do ano. Em termos monetários, a inclusão dos afazeres domésticos ao PIB de 2005, divulgado como R\$ 1.937.589,291, acarretaria em um aumento deste para R\$ 235.350,13 bilhões, ou seja, um aumento de quase 12% da contabilidade total. Certamente não é uma quantia insignificante e, de acordo com as autoras, este valor ainda está subestimado (MELO; CASTILHO, 2009).

É importante dar visibilidade a esta questão para que estudos mais específicos e aprofundados possam ser desenvolvidos neste sentido, pois as atuais informações nacionais disponíveis são insuficientes. A inclusão dos indicadores de gênero possibilitaria um avanço significativo na valoração do trabalho reprodutivo, mas esta não é apenas uma questão metodológica, é uma questão política, mesmo que os cânones científicos, frequentemente, justifiquem que não. (MELO; CASTILHO, 2009).

Como ressaltado, o presente estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica sobre os assuntos abordados e, para que se alcançassem os objetivos propostos, a apresentação do trabalho foi estruturada em quatro capítulos.

O primeiro é um capítulo introdutório, que trata de informar aspectos e condições do tema abordado, na medida em que se apresentam os objetivos, gerais e específicos, que guiaram o estudo e a justificativa que torna o trabalho viável.

O segundo capítulo apresenta uma aproximação inicial, indispensável para compreensão completa do estudo, sobre o trabalho das mulheres como categoria de análise. Nele, são conceitualizados e analisados o gênero como categoria analítica e

a divisão sexual do trabalho, sendo a força de trabalho das mulheres considerada no mercado como secundária. Estes conceitos foram evidenciados a partir de autoras, estudiosas dos temas, cada qual em suas abordagens específicas, destacando-se nas análises as autoras Melo, Scott, Carrasco, Hirata, Saffioti e Faria. Neste capítulo, são evidenciados elementos sociais e culturais que agem como condicionantes à situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e como estes elementos se apresentam, se inserem, se reproduzem e se enraízam na sociedade.

O terceiro capítulo trata do trabalho das mulheres na economia feminista, abordando os debates mais recentes sobre esta teoria. O capítulo se subdivide em três. *A priori*, apresenta-se a economia feminista no contexto da ciência econômica, também são descritas algumas definições e pressupostos sobre a atual forma de investigação e elaboração econômica. Neste capítulo são apresentadas, também, em um segundo momento, duas críticas principais da teoria econômica feminista, no que envolve a inclusão do gênero como categoria analítica no lado pragmático e metodológico da ciência econômica vigente. O capítulo é concluído e traz a invisibilidade do trabalho desempenhado socialmente pelas mulheres e as críticas aos modelos econômicos ortodoxos, em especial, a teoria econômica neoclássica.

Por fim, o capítulo quatro aborda as considerações finais, as descobertas e propostas que foram conquistadas pelo trabalho. Neste último capítulo, a autora do estudo ressalta suas conclusões sobre a pesquisa teórica, os apontamentos quanto aos seus objetivos, gerais e específicos, se estes foram alcançados, bem como a relevância social de se compreender e se teorizar sobre outras formas de ver o campo da ciência econômica.

2 O TRABALHO DAS MULHERES COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Para se analisar a temática do trabalho das mulheres na teoria econômica feminista, faz-se necessário abordar e compreender como as relações sociais entre os sexos foram sendo historicamente construídas, bem como, a divisão assimétrica entre os papéis designados aos homens e as tarefas desempenhadas pelas mulheres (MELO; CASTILHO, 2009). Neste sentido, a introdução do conceito de gênero, como categoria analítica, passa a ter um papel central e fundamental na ciência econômica.

2.1 O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

De acordo com Scott (1995, p.74), o estudo de gênero como categoria analítica é fundamental para as lutas pela igualdade entre os sexos, na medida em que permite compreender o funcionamento do gênero nas relações sociais humanas, bem como permite interrogar “como o gênero dá sentido à forma e à percepção do conhecimento histórico.”

Carrasco (1999) cita que o gênero vai representar tudo o que é produzido socialmente e culturalmente é imposto a homens e mulheres, como diferenças biológicas entre machos e fêmeas, mas que se difere do sexo biológico.

No artigo “Gênero - uma categoria útil de análise histórica”, Scott (1995, p.75) cita que o estudo de gênero serve para “identificar construções sociais”, ou ainda, para diferenciar “a prática sexual dos papéis sexuais” atribuídos socialmente como adequados aos homens e às mulheres, na medida em que “rejeita explicitamente explicações biológicas [...] para formas de subordinação feminina”, como por exemplo, o fato da mulher ser capaz de dar à luz e o homem ter maior força muscular, criando socialmente a ideia de que o homem é naturalmente designado para o trabalho fora do lar e a mulher tem o papel pré-determinado biologicamente como cuidadora do lar.

Scott (1995), após analisar algumas das teorias de gênero, busca associar a

“realidade social” por meio da concepção de gênero, tornando este, ponto relevante para questões de política e de poder, indo assim, além das relações entre os sexos estudadas até então. A proposta da autora consiste numa recusa total do “caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual” e, ainda, “reverter e deslocar sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas.” (SCOTT, 1995, p. 84).

Scott (1995, p. 84) enfatiza a importância do desenvolvimento teórico do gênero como categoria analítica e descreve a história do pensamento feminista como uma história de rejeição da “construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações”. Conforme a autora citada, a emergência do conceito de gênero como categoria analítica, no movimento feminista a partir do século XX, deu-se pela busca das feministas contemporâneas em expor a incapacidade das abordagens de teoria social formuladas, até aquele momento, para explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Algumas destas teorias eram baseadas na dicotomia feminino e masculino, mas não obtinham o gênero como forma de analisar e como campo de luta feminista, uma vez que, não fazia parte de seu vocabulário “o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais.” (SCOTT, 1995, p. 85).

A este respeito, Souza-Lobo (1991) irá escrever, citando como exemplo a legislação de trabalho brasileira, que o gênero vai fornecer critérios de definição de políticas sociais no âmbito da maternidade e da aposentadoria, e atenta que é necessário perceber as diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras sem criar cristalizações que levem a desigualdades de carreiras, qualificações, postos, salário, promoções, etc.

Também neste sentido, Hirata e Kergoat (2007) citam que, apesar do termo divisão sexual do trabalho aparecer com frequência nos discursos acadêmicos, ele é desprovido de qualquer conotação conceitual. Ao se estudar a divisão sexual do trabalho, tem-se que ir além da constatação das desigualdades entre os sexos, além de descrever os fatos, é necessário organizar os dados com coerência e que possibilite (1) mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, (2) articular uma reflexão sobre o uso que a sociedade faz destas diferenciações para criar um

sistema de gênero.

A conceituação do gênero, baseada na perspectiva de Scott (1995, p. 86), é centrada na conexão de duas proposições: “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Em seguida, a autora apresenta quatro elementos inter-relacionados implicados pelo gênero:

[...] em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher por exemplo, na tradição Cristã ocidental.

[...] em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.

[...] incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero. [...] temos a necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero, a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino, faz parte do processo de construção do gênero).

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva.
(SCOTT, 1995, p. 86 - 87).

A partir da apresentação dos quatro elementos, Scott (1995, p. 88) demonstra a primeira parte do seu método de definição de gênero, em que esboça o processo de construção das relações de gênero classificando e especificando “como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais” visando dar “significado às relações de poder”. Em uma segunda proposição, a autora descreve gênero como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado”, sendo uma “forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 88).

Souza-Lobo (1991) afirma que as relações no trabalho, bem como as relações sociais fora dele, entre homens e mulheres, comportam construções culturais e históricas, que ditam o que é definido como feminino e masculino. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho se articula com o gênero, trazendo a necessidade de pensa-lo enquanto categoria analítica, tendo em vista que este

“constrói ao mesmo tempo uma relação social-simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação.” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 201).

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ANÁLISE DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA COMO “SECUNDÁRIA”

A divisão sexual do trabalho, como bem define Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.” Segundo a autora, trata-se de uma divisão histórica e socialmente construída, que “tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Hirata e Kergoat (2007) apontam que dois princípios orientam a divisão sexual do trabalho: (1) o princípio de separação instituído que existem na sociedade trabalhos que devem ser realizados por homens, bem como existem trabalhos específicos que devem ser executados pelas mulheres; e (2) princípio hierárquico, em que o trabalho de um homem vale mais que o trabalho de uma mulher. Estes princípios normalmente são legitimados pela ideologia naturalista, que reduz “o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados que remetem ao destino natural da espécie.” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

No que se refere à divisão sexual do trabalho nas sociedades de classe, Saffioti (1979) vai enfatizar que homens e mulheres não se apropriam do valor total de execução do seu trabalho e, mesmo que a mulher receba ainda menos do produto de seu trabalho, esta exploração não se reverte em benefício para o homem. Homens e mulheres são complementos necessários na função reprodutora, bem como constituem a unidade familiar de consumo.

Também sobre este tema Souza-Lobo (1991, p. 198) vai mostrar que as pesquisas voltadas a analisar a relação do trabalho feminino em uma dinâmica do mercado de trabalho trouxeram a questão da segmentação, de modo que o mercado vai absorver a força de trabalho feminina sob a ótica da instabilidade, desqualificação e má remuneração, tendo em vista a condição secundária destas

trabalhadoras.

As diversas formas de desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho levou Laís Wendel Abramo (2007, p. 5 e 15) a escrever sobre como a força de trabalho feminina é socialmente vista como secundária; este conceito, recorrente e perverso, está enraizado na imaginação de empresários, sindicalistas e nas concepções que formulam políticas públicas, e serve de base para reprodução de hierarquias “e os padrões de discriminação e subordinação de gênero no mercado de trabalho”, ao mesmo tempo em que limita a “inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho em igualdade de condições em relação aos homens.”

Para descobrir as “relações sociais que configuram e reconfiguram os lugares de homens e mulheres no mercado de trabalho e as correspondentes relações de desigualdade, hierarquia ou subordinação que os caracterizam”, Abramo (2007, p. 6) vai analisar diversos fatores que reproduzem essas diferenciações. Um dos mecanismos citado pela autora é de caráter estrutural, ou seja, de uma ordem de gênero, como visto na primeira seção, que incide uma divisão sexual do trabalho, não só o trabalho emprego, mas em todas as esferas sociais, que designa a função dos cuidados domésticos, na esfera privada, à mulher, o que limita o tempo e recursos em que as mesmas possam dedicar a sua formação, profissionalização e trabalho remunerado, ao mesmo tempo em que desconsideram o valor econômico desta esfera e a conferem um valor social inferior ao setor público, isto significa subvalorização (econômica e social) do trabalho feminino e de seu papel na sociedade.

A partir de literaturas existentes sobre esses temas, pressupostos, processos e mediações que norteiam a visão da mulher como força de trabalho secundária, e de pesquisas realizadas, Abramo (2007, p. 9) vai demonstrar como as imagens de gênero¹, carregam consigo “um conjunto de preconceitos, estereótipos ou postulados insensíveis ao gênero”, mas que frequentemente, “são os elementos que as integram e lhe dão sentido”, e que estes aparecem em diversos e distintos discursos, dentro e fora do mercado de trabalho. Justamente por não incorporarem o

¹ “Entende-se por imagem de gênero as representações sobre as identidades masculina e feminina que são produzidas social e culturalmente, e que determinam, em grande medida, oportunidades e formas de inserção de homens e mulheres no trabalho.” (ABRAMO, 2007, 10).

gênero como base analítica para as desigualdades apresentadas pelo mercado de trabalho entre homens e mulheres, as abordagens teóricas acabam por reforçar a desvalorização das mulheres como sujeitos políticos, econômicos e sociais.

Antes mesmo da inserção do homem e da mulher ao mercado de trabalho, as imagens de gênero vêm sendo socialmente construídas e reproduzidas durante a vivência em comunidade, na escola, na família, ou seja, desde o início da socialização dos indivíduos, machos e fêmeas vão sendo instruídos quanto aos seus papéis na sociedade, “baseado na separação do privado e do público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como território de mulheres e outros como território de homens.” (ABRAMO, 2007, p. 11).

Abramo (2007) descreve que a condição secundária da mulher no mercado de trabalho se estrutura a partir de dois fatores sociais: (1) separação e hierarquização entre as esferas pública e privada, da reprodução e da produção; (2) concepção familiar de que o homem é o único e principal provedor.

Tendo em vista a condição secundária da mulher no mercado de trabalho fundada nos dois fatores sociais citados, para uma compreensão mais ampliada da divisão social e sexual do trabalho, é importante apresentar uma reflexão sobre as esferas consideradas produtiva e improdutiva, bem como a categoria força de trabalho em sociedades capitalistas. No clássico estudo, publicado originalmente no ano de 1969, intitulado “A mulher na sociedade de classes – mito e realidade”, Saffioti (1979, p. 25) destaca que a contradição presente nas teorias de formação econômica-social baseadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano é levada ao máximo no sistema de produção capitalista, tendo em vista que “a saturação empírica da categoria mercadoria, além de fazer-se acompanhar por uma divisão social do trabalho extremamente desenvolvida, marca o divórcio entre o valor de uso e o valor de troca dos produtos do trabalho.”

A autora acima citada mostra que, enquanto os bens não eram produzidos para além da subsistência, do uso próprio ou familiar, em que o valor de troca não direcionava ao processo social da produção, a dimensão quantitativa do produto do trabalho não agia como fator determinante na força de trabalho, bem como não interferia no processo de trabalho. No entanto, quando o valor de troca adquire papel fundamental da categoria mercadoria na maioria esmagadora dos itens produzidos,

a própria força de trabalho é assim determinada, como bem escreve Saffioti (1979, p.25): “A oposição dialética objetiva existente entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias se subjetiva no momento mesmo da determinação da força de trabalho como mercadoria.”

Conforme aponta a autora, a mercadoria adquire então um valor de troca, na medida em que a produção do trabalhador não mais depende do seu uso, mas se reproduz independente da sua necessidade quanto produtor individual. “Nem qualitativamente nem quantitativamente, o produto do trabalho do trabalhador representa os meios através dos quais o produtor imediato produz e reproduz sua força de trabalho.” (SAFFIOTI, 1979. p. 25).

Neste sentido, a partir da análise de Saffioti (1979), é possível compreender que o trabalhador singular participa do mercado como adquirente de mercadorias, para seu uso, e como vendedor da força de trabalho. “Entre a atividade trabalho e os produtos aptos a satisfazerem às necessidades do trabalhador, ou seja, entre a produção *stricto sensu* e o consumo: a distribuição e a troca.” (SAFFIOTI, 1979. p. 25).

Nesta economia de mercado, onde os indivíduos inseridos são livres e, igualmente, possuidores de sua força de trabalho, cria-se a ilusão de que as realizações de cada homem é consequência direta de suas capacidades individuais.

A economia de mercado implica, simultaneamente, na igualdade jurídica dos homens e, conseqüentemente, num afloramento à superfície da sociedade do fator econômico como distribuidor de oportunidades sociais. A dimensão econômica não mais se oculta sob e na desigualdade de status jurídico dos homens (status de homem livre, de servo, de escravo) [...]. Nem por isso, contudo, o mecanismo de operação do modo capitalista pode ser imediatamente apreendido. Aparentemente, a igualdade de status jurídico é indicador suficiente da igualdade social. A liberdade de que cada homem goza na situação de mercado leva à ilusão de que as realizações de cada um variam em razão direta de suas capacidades individuais. (SAFFIOTI, 1979. p. 25).

Saffioti (1979, p. 26-27) vai abordar que “é na base da circulação de mercadoria e da distribuição de produtos do trabalho humano”, sendo aqui a troca um intermediário entre a produção e distribuição, que “residem a distribuição dos instrumentos de produção e, por conseguinte, a distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes ramos de produção. ”. Ou seja, ao mesmo tempo em que

a distribuição aparece como uma condição prévia e natural da produção, mostra-se também, como um resultado histórico desta (SAFFIOTI, 1979).

A autora cita que, no sistema capitalista, a apropriação do trabalho excedente do produtor imediato é disfarçada pela remuneração, que se mostra como força de trabalho inteiramente remunerada, mas parcialmente o é. Nos modos de produção baseados na apropriação privada dos produtos do trabalho social, o trabalhador produz seu próprio fundo de trabalho, e o reproduz constantemente, gerando um valor excedente, que lhe é usurpado. Mas é no sistema de produção capitalista que essa apropriação é encoberta, por meio do salário pago pelo capitalista, que se apresenta como “uma justificativa jurídica já superada da exploração de uma classe social por outra.” (SAFFIOTI, 1979, p. 28). Essa condição, de força de trabalho como mercadoria, só é possível na condição de homem livre, de um proprietário força de trabalho, bem como pressupõem “a ilusão de que essa liberdade extravasa os quadros da troca de capacidades e de produtos, determinados ambos, capacidades e produtos, enquanto mercadoria.” (SAFFIOTI, 1979, p. 28).

Mas, como bem escrito por Saffioti (1979), um modo de produção não surge plenamente acabado. O tempo para esse fenômeno histórico se tornar inteiramente completo vai depender dos diversos fatores socioculturais, específicos de cada sociedade. Por consequência disso, é possível observar “certas invariâncias no que tange à absorção retardada e nunca plenamente realizada de alguns contingentes populacionais pelas relações de produção típicas das sociedades capitalistas.” (SAFFIOTI, 1979, p. 28-29). Ou seja, “a condição de homem livre, do trabalhador nas sociedades competitivas, requisito essencial para a realização histórica do modo capitalista de produção, não se efetiva, imediatamente, para todos os membros da sociedade.” (SAFFIOTI, 1979, p. 28-29). Fatores sem vínculo com a sociedade de classes e muitos deles, vestígios de formações sociais já superadas, acabam interferindo tanto no período de constituição, quanto no pleno desempenho desta sociedade, como sociedade competitiva, como descreve Saffioti (1979, p.29):

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvula de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-as nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem.

Saffioti (1979) defende que se faz necessária uma visão globalizadora da sociedade de classes, que enxergue os fatores naturais que tendem a justificar a discriminação social de determinados grupos, como mecanismos coadjuvantes na trajetória histórica da efetivação do sistema capitalista de produção.

Sendo o trabalho, na sociedade capitalista, um sintetizador das relações humanas, é por via dele que se compreende a posição que as categorias históricas ocupam, das relações mantidas entre si e com todo meio social em que se inserem (SAFFIOTI, 1979). Sendo assim, Saffioti (1979) completa que é nas primeiras relações de produção que se encontram a explicação dos fatores que vão operar como marcas sociais, permitindo a hierarquização dos membros do sistema social em questão, em virtude de sua raça ou sexo, por exemplo.

A autora acima mencionada, ainda aponta que estas determinações simples vão operar segundo as necessidades do sistema produtivo de bens e serviços, sendo que, de acordo com as conveniências deste mesmo sistema e da fase estrutural historicamente vivenciada pelas sociedades, alguns desses caracteres naturais, que atuam como desvantagens sociais, podem ser anuladas. Mesmo quando isto ocorre, a sociedade encontra novas marcas sociais que possam “justificar o desprestígio de outros setores demográficos e sua localização na base da pirâmide social.” (SAFFIOTI, 1979, p. 30).

Mas nem todo caractere natural é passível de anulação, o que facilita a marginalização de seus possuidores das relações de produção, em virtude de funcionarem como desvantagem no processo de competição (SAFFIOTI, 1979). E são estes fatores naturais, que não podem ser anulados, que servem como mecanismos de abrandamento de tensão à conservação da estrutura de classes, neste sentido, como explica Saffioti (1979, p. 31):

A perpetuar-se esta tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção [...]. Cabe, pois, indagar se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social.

De acordo com Saffioti (1979), este é o motivo pelo qual a atividade do trabalho é tida, em seu livro, como fio condutor para análise do problema da mulher nas sociedades competitivas. Nas camadas sociais ligadas de forma direta à

produção de bens e serviços, as mulheres sempre contribuíram para a subsistência da família bem como para criar riqueza social, tendo estas, juntamente com as crianças, um papel econômico fundamental enquanto unidade familiar produtora (SAFFIOTI, 1979).

Apesar de nos burgos da Inglaterra Medieval, mulheres casadas pudessem desempenhar atividades como negociantes, independentes dos maridos, “a felicidade da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade econômica.” (SAFFIOTI, 1979, p. 33). Ou seja, excetuando-se as solteiras e as que desempenhavam alguma atividade comercial, “as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependentes de seus maridos.” (SAFFIOTI, 1979, p. 33). De acordo com Saffioti (1979), esta característica de incapacidade e submissão, era encontrada tanto nas situações em que a mulher dependia economicamente do marido, quanto nas camadas laboriosas, na qual a obediência da mesma ao esposo era uma norma ditada pela tradição. Neste sentido, a sociedade impunha, sob a ótica do dever masculino de proteger a mulher e, tendo em vista a fragilidade e incapacidade destas, a submissão da esposa ao centro da família, o homem (SAFFIOTI, 1979).

A tradição de submissão da mulher, bem como a desigualdade de direito entre os sexos são analisados por Saffioti (1979), a fim de identificar se a mulher, apesar de sua posição de submissão ao chefe de família, encontrava meios de se integrar nas sociedades pré-capitalistas, onde a família era a unidade econômica por excelência e o trabalho era desempenhado pelo grupo familiar, não alheio às mulheres das classes menos favorecidas.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das junções econômicas da família. Enquanto a produtividade é baixa (isto é, enquanto o processo de criação de riqueza social é extremamente lento) não se impõem a sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho ainda é necessário para garantir a ociosidade das classes dominantes. Todavia o processo de sua expulsão do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho [...]. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofício, mais do que a economia

agrária e da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada. (SAFFIOTI, 1979. p. 35).

Saffioti (1979) irá pontuar que o surgimento do capitalismo se dá neste contexto de condições adversas à mulher, e que nele a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: (1) no plano superestrutural, a visão de subvalorização das capacidades femininas e, (2) no nível estrutural, uma progressiva marginalização da força de trabalho feminina das funções produtivas. O modo de produção capitalista torna clara a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração de uma por parte da outra, lançando “mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços.” (SAFFIOTI, 1979, p. 35).

A autora citada completa então, que o sexo, visto que, há muito tempo usado como fator de inferiorização da mulher, assume na nova sociedade, uma feição determinada pelo sistema de produção social, no entanto, “são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas.” (SAFFIOTI, 1979, p. 35). Aparentemente, a mulher atua como elemento obstrutor do desenvolvimento social, mas na realidade é a própria sociedade que cria e determina obstáculos à plena realização da mulher (SAFFIOTI, 1979).

A primeira leva de mulheres marginalizada pelo sistema de produção capitalista, como bem lembra Saffioti (1979), será as esposas dos membros prósperos da burguesia ascendente, no entanto, a sociedade não isenta o trabalho feminino das camadas inferiores; “muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial.” (SAFFIOTI, 1979, p. 36).

Através da imposição ao contingente feminino de trabalhos intensos, jornadas de trabalho extensas e de salários inferiores aos dos homens, o perverso sistema capitalista encontra nas desvantagens sociais destes indivíduos a forma de se apropriar do máximo de mais-valia² (SAFFIOTI, 1979). A autora complementa que

² As mercadorias não se trocam por decisão própria, são coisas, e como tais, possuem donos. Para que haja as relações de troca entre mercadorias é necessário a existência de proprietários privados, que venham executá-las, ou ainda, representar estas mercadorias (MARX, 2016). “O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador.” (MARX,

com o intenso processo de urbanização e industrialização, a intensa inserção de arsenais mecânicos nas fábricas e outros setores dispensam, ou torna bem menos necessárias, o emprego da força de trabalho como força física, permitindo o acesso de indivíduos com menos força muscular e com maior flexibilidade de membros, propiciando o trabalho das mulheres e das crianças.

Um ponto importante a salientar, como bem cita Saffioti (1979), é que a atividade trabalho é um resultado da luta humana com a natureza no processo social de produzir sua vida. Nas sociedades capitalistas, o trabalho que deveria ser considerado masculino e fora da condição natural da mulher, na verdade, não é inerente não ao homem nem a mulher, “é simplesmente um momento da evolução histórica da humanidade, um modo histórico determinado de humanizar a natureza e de reificar as relações sociais.” (SAFFIOTI, 1979, p. 38).

A acumulação de capital, a apropriação do máximo de mais-valia do trabalhador, via lucro, por parte do capitalista, vai ser um componente tanto da exploração do trabalho feminino quanto um dos determinantes de sua expulsão do sistema produtivo, tendo em vista que esta acumulação será maior quanto menor forem os custos da empresa. (SAFFIOTI, 1979). No primeiro ponto, tem-se a exploração da força de trabalho feminina pelo empresário capitalista, que tende a reduzir os custos de produção com a má remuneração das trabalhadoras; já no segundo aspecto, quando o empresário busca um corte de gastos pela redução do efetivo assalariado, as mulheres são as primeiras a serem demitidas. (SAFFIOTI, 1979).

Saffioti (1979, p.50-51) completa dizendo que:

A condição da mulher nas sociedades de classes tem sido vista por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social. Dentre os primeiros, o mais sério diria respeito ao fato de a capacidade de trabalho da mulher sofrer grande redução nos últimos meses do período de gestação e nos primeiros tempos que se seguem ao parto. [...]. Estes fatos biológicos são muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher por toda sua existência.

2016, p. 211). O trabalhador então trabalha em função do capitalista e é a este a quem o produto final pertence, ou seja, a utilização da força de trabalho é como a de qualquer outra mercadoria (MARX, 2016). O capitalista então deseja produzir uma mercadoria, que possua valor de uso para algum comprador, ao mesmo tempo em que seu valor de troca seja superior ao conjunto de valores despendidos para produzi-las. A este valor excedente, a diferença do valor do produto em relação ao capital adiantado, ou lucro, de acordo com Marx (2016), designa Mais-Valia.

[...] Os problemas de ordem social são, por assim dizer, tornados sociais pela civilização, é neste nível que suas soluções devem ser encontradas. A maternidade não pode pois ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres. [...] O problema do absenteísmo pode ser encarado do mesmo modo. [...] pesquisas apontam que a mulher tem mais necessidade que o homem de se ausentar do trabalho por motivos de doenças leves. Para agravar este problema, quando o homem adoece, a mulher também não comparece ao local de trabalho, pois se espera que permaneça no lar cuidando do marido, o mesmo ocorrendo quando adoecem os filhos.

Neste sentido, Coelho (2009), também, contribui para a discussão quando argumenta que, mesmo com a inserção em massa em diversas sociedades no mercado de trabalho, o cuidado da carreira e os cuidados familiares precisam ser absorvidos e fazem parte do dia a dia das mulheres, investimentos no trabalho remunerado e no trabalho não remunerado, desempenhado no lar, são revessados e conciliados à rotina feminina. A autora completa que vai ser a mãe e não o pai que precisará alterar seu empenho no mercado de trabalho, pois é sobre ela que estão as responsabilidades de criação e educação dos filhos.

A fim de demonstrar a fundamentalidade das diferenças percebidas na segmentação ocupacional de gênero, Abramo (2007) cita o estudo de Humphrey (1987), que analisa a divisão sexual na indústria e alerta que esta não é apenas um resumo de alocação de homens e mulheres em tarefas específicas, ou perfis de qualificação predefinidos. Como bem aponta Abramo (2007), ao mencionar Maruani (1993), é uma construção social complexa e fortemente sexuada, construída e reproduzida na dicotomia do sistema sexo/gênero que exclui e hierarquiza homens e mulheres nas esferas sociais. Baseada nas análises de Humphrey (1987), Abramo (2007) descreve que já nos processos de recrutamento para o ingresso do mercado de trabalho, homens e mulheres são imediatamente classificados de forma diferente, tanto pelos responsáveis a selecionar a força de trabalho, quanto por seus companheiros, como trabalhadores e trabalhadoras.

Ao mencionar a divisão entre homens e mulheres no trabalho, é importante salientar, que esta visão está fortemente “associada ao imaginário sobre os homens e as mulheres na família e no conjunto da sociedade.” (ABRAMO, 2007, p. 12). A imagem de gênero “é uma dimensão fundamental do processo de constituição de

categorias que vão estruturar a definição dos postos de trabalho e dos perfis de qualificação e competências a eles associados.” (ABRAMO, 2007, p. 11).

A tese de Abramo (2007) possui três âmbitos de discussões, que vão nortear a reprodução e resistência do imaginário sobre homens e mulheres no trabalho, inter-relacionados, mas distintos: (1) imaginário social; (2) imaginário empresarial e (3) imaginário dos agentes políticos:

O primeiro deles [...], entendido como o conjunto de visões de senso comum, mais ou menos estruturadas e racionalizadas, que possuem os indivíduos em geral, homens e mulheres, sobre os seus lugares, papéis e funções, no trabalho, na família, na sociedade, na esfera pública e na esfera privada.
(ABRAMO, 2007, p. 12- 13).

No segundo aspecto, a autora menciona outro estudo já realizado (ABRAMO; TODARO, 1998 apud ABRAMO, 2007, p. 12-13):

O segundo está referido [...], ao conjunto de noções, percepções e ideias que os empresários têm sobre esses mesmos temas, e que [...] estão na base das suas decisões em relação à contratação, investimento em capacitação, atribuição de tarefas e responsabilidades, definição de níveis de remuneração e promoção de homens e mulheres.

A respeito desta segunda característica, Souza-Lobo (1991) vai lembrar que as estratégias de gestão empresarial e sua diferenciação da força de trabalho masculina e feminina, no que diz respeito aos mecanismos de qualificação e incentivos sociais, é uma questão central para a compreensão das divisões do mercado entre operários/as, muito além da remuneração.

Parece-me fundamental a problematização das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão como construções históricas e sociais, [...] de certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é por sua vez fundado nas bases materiais da sociedade.
(SOUZA-LOBO, 1991, p. 200).

Enfim, no terceiro ponto, Abramo (2007) descreve os aspectos políticos que intensificam as imagens de gênero:

O terceiro âmbito se refere ao conjunto de noções, percepções e ideias que conformam o imaginário dos agentes políticos e formuladores de políticas públicas, que estão na base das decisões que são tomadas nesse nível, e que também afetam uma série de oportunidades e condições da vida e trabalho de homens e mulheres. (ABRAMO, 2007, p. 12- 13).

A designação da função básica e primordial de cuidar do mundo privado à mulher, em grande medida, baseia e estrutura a visão de que o movimento de entrada da mesma no mercado de trabalho “tende a ocorrer quando o homem, por definição o provedor econômico principal ou exclusivo dos rendimentos da família, não pode cumprir de forma plena ou adequada essa função.” (ABRAMO, 2007, p. 11). Abramo (2007) afirma que a partir desta concepção, a força de trabalho feminina no âmbito público é concebida sob a ótica da eventualidade, ou seja, pela ausência da força de trabalho masculina, em caso de falecimento, separação, doença, desemprego e qualquer outro infortúnio, ou pela insuficiência da renda do responsável pelo sustento daquela família.

Neste sentido, a partir do que apresenta a autora, a mulher só assumiria o papel de provedora de renda se não houvesse alternativa e, assim que o homem estivesse em condições de assumir seu papel no mercado de trabalho, a mulher imediatamente se retiraria para o setor privado, voltando a sua função social, historicamente construída, dos cuidados do lar e dos filhos, no universo doméstico. Como consequência da condição secundária do trabalho feminino, mesmo em funções semelhantes a dos homens, as mulheres podem receber menores salários, isto porque, o salário do homem deve ser capaz de sustentar ele e a uma família, enquanto o salário da mulher é apenas complementar, sempre possuía um homem responsável por sua subsistência.

Teixeira (2008) ressalta que as mulheres poderiam ter trabalhos mal remunerados, pois eram mulheres, o que as incentivaria a cumprirem seu dever como mães e esposas, visão biológica e reprodutora. Desta forma, o patriarcado assegurava, por meio da base material, a opressão das mulheres. Este processo, de divisão social por sexo, se intensificou ainda mais com o surgimento da escola marginalista, termo este que tem origem no cálculo diferencial, introduzido e amplamente difundido por esta abordagem, que posteriormente se tornará a teoria econômica neoclássica, pois o âmbito mercadológico passa a ser centro das atenções, substituindo a produção familiar; há a institucionalização da ruptura entre espaço público e espaço privado, “relegando-se desta forma, o trabalho doméstico à marginalidade e à invisibilidade.” (TEIXEIRA 2008, p. 36).

Percebe-se uma concepção de família nuclear na qual o homem é o principal ou único provedor, e a mulher a responsável pela esfera privada. Ou seja, a inserção das mulheres é sempre vista de forma complementar e está condicionada a esta lógica mais geral. No entanto o conceito de família mudou muito neste último século. Hoje, não é mais possível se falar de um padrão de família, constituído de pai, mãe e filhos. Novos arranjos familiares se formaram. O elevado número de mulheres chefes de família é uma realidade no mundo inteiro, especialmente nos países mais pobres. (TEIXEIRA, 2008. p. 38).

Sobre este tema Coelho (2009), também, aborda que a teoria econômica ortodoxa, exclui de seu arcabouço analítico múltiplas formas de arranjos familiares, quando opta, em seu recorte de estudo, considerar apenas a família ocidental, nuclear heterossexual.

Teixeira (2008) também lembra que nas teorias clássicas, o âmbito familiar era de responsabilidade da mulher, enquanto o homem deveria prover o sustento da família. Em tal contexto, a mulher era vista como reprodutora e dona de casa, sendo assim o salário feminino deveria ser igual ao que custa sua subsistência, enquanto o mínimo para o homem deveria cobrir seus gastos, a esposa e determinado número de filhos. Neste sentido, a força de trabalho da mulher era claramente tida como secundária, “há nitidamente uma separação e uma hierarquização entre as esferas do público e do privado, da produção e da reprodução.” (TEIXEIRA, 2008, p. 38).

Neste sentido, Carrasco (1999) aponta que nas análises do trabalho assalariado, nas teorias econômicas clássicas e neoclássica, não existem discussões voltadas às razões da segregação sexual, bem como não abordam a questão dos salários femininos serem mais baixos, todas estes pontos, específicos e particulares das mulheres no mercado de trabalho, são dados como um “fato natural” devido ao histórico papel feminino no contexto reprodutivo, uma vez que esta seria sua verdadeira responsabilidade social.

Conforme cita Abramo (2007), esta noção da mulher como força de trabalho secundária, mesmo na atual configuração do mercado de trabalho e das famílias, ainda tem uma forte persistência social. Mesmo a mulher não estando mais confinada exclusivamente à esfera doméstica, sua inserção na esfera pública ainda é tida como débil, precária, eventual e instável, como força secundária, noção esta, que contribui para a reprodução do “padrão de hierarquização, subordinação e discriminação. Essa é uma fase na qual a evidência da presença das mulheres no mundo do trabalho não pode mais ser negada.” (ABRAMO, 2007, p.15).

Este processo é denominado pela autora acima citada como deslocamento das fronteiras de desigualdade, quando a força de trabalho feminina não só aumenta, como conquista participação significativa no sustento da família, neste contexto o papel da mulher atravessa o limite do privado e passa a participar da esfera produtiva e pública, passa a ser mãe, esposa e trabalhadora (ABRAMO, 2007). Cabe ainda ressaltar que esta trabalhadora estará no mercado sob os preceitos da hierarquia e discriminação, com direitos e estatuto diferentes dos trabalhadores de sexo masculino, de forma que sua força de trabalho é tida como incapaz, tanto na esfera da manutenção econômica da família, quanto na constituição de sua identidade pessoal e reconhecimento social (ABRAMO, 2007).

Faria (2009) aponta que, na esfera da identidade pessoal a identidade da mulher como mãe e reprodutora, em primeira instância, é introjetada de forma tão profunda pelas mulheres, que sua existência passa a ser em função da maternidade ou a atividades supostamente relacionadas a esta, ou seja, a identidade da mulher, bem como as atividades que irá realizar durante toda a sua existência são construídas a partir de características tais como a docilidade, fragilidade, compreensão e afeto.

Algumas expressões assinalam a característica secundária da inserção de força de trabalho feminina no mercado de trabalho,

[...] em primeiro lugar a existência de trajetórias ocupacionais instáveis e interrompidas: as mulheres estariam no mercado de trabalho não devido a um projeto pessoal de maior alcance, mas sim devido a uma “falha” do homem no cumprimento do seu papel de provedor. Conseqüentemente, também tenderiam a abandonar a atividade econômica (regressando à situação de inatividade) no momento em que isso fosse possível. [...] em segundo lugar, a pouca importância da renda gerada pelo trabalho da mulher na conformação da sua renda pessoal ou familiar; essa renda também seria, por definição, secundária, complementar, instável, insuficiente tanto para sustentar um projeto de autonomia pessoal quanto a sobrevivência e o bem-estar da família. Em terceiro lugar, a ideia de que o mundo do trabalho (e as relações que entorno a ele se constituem) não é um lugar de constituição de identidade para as mulheres [...], e, muito menos, de geração de práticas associativas, organizativas, coletivas. (ABRAMO, 2007, p. 17).

Abramo (2007) conclui que nestas imagens sociais, que reproduzem a ótica de uma inserção feminina no mercado de trabalho como temporária, está baseada a ideia de que a contratação feminina traria altos custos indiretos, associados ao mundo reprodutivo. No imaginário do mundo empresarial a exclusão das mulheres de certas funções, em especial dos cargos superiores na hierarquia da empresa, é

justificada pelo comportamento irresponsável que a mesmas tendem a ter no trabalho, na medida em que a empresa precisaria lidar com “altas taxa de rotatividade e absenteísmo, um baixo grau de compromisso com a empresa, na impossibilidade de fazer horas extras, trabalhar em turnos noturnos e viajar.” (ABRAMO, 2007, p. 18). Por meio destas justificativas, os empresários desenvolvem seus projetos de investimentos em treinamentos e qualificações, bem como suas promoções e remunerações, excluindo e inferiorizando a força de trabalho feminina no mercado de trabalho (ABRAMO, 2007).

A este respeito Carrasco (1999) traz que a introdução da categoria gênero vai revelar a insuficiência dos corpos teóricos até então apresentados, não só pela economia, mas por todas as linhas de pensamentos das ciências sociais pela sua incapacidade de abordar, de forma adequada, as desigualdades sociais existentes e persistentes entre homens e mulheres. Neste contexto turbulento de reivindicações sociais, surge a economia feminista elaborada por economistas feministas que foram capazes de ver muito além da ótica de mercado da atual teoria econômica dominante.

Para tratar da problematização em questão, nos capítulos seguintes, buscase discorrer sobre a categoria trabalho das mulheres na economia feminista.

3 O TRABALHO DAS MULHERES NA ECONOMIA FEMINISTA: UM DEBATE RECENTE

A insuficiência das atuais análises econômicas em incorporar em suas estruturas de estudo as desigualdades persistentes entre homens e mulheres na sociedade, levou ao desenvolvimento de uma proposta a “outra economia”, a Economia Feminista. No capítulo seguinte, será abordado sobre a categoria trabalho das mulheres a partir dos pressupostos das teóricas econômicas feministas.

3.1 A ECONOMIA FEMINISTA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: DEFINIÇÕES E PRESSUPOSTOS

A ideia da sociedade no que tange a participação das mulheres nas esferas consideradas produtiva e reprodutiva passou por muitas transições e modificações, com avanços significativos em várias áreas do conhecimento. No artigo “A Mulher Como Objeto da Teoria Econômica”, Melo e Serrano (1997, p. 138) ressaltam que “desde o ressurgimento do movimento feminista internacional, na segunda metade deste século, tratava-se um debate sobre a leitura biológica que as Ciências Sociais fazem da condição feminina.”

Na esfera econômica, os estudos também se desenvolvem, porém, muito lentamente, como bem lembrado por Teixeira (2008). A teoria econômica não fugiu à regra das demais ciências, no que diz respeito às análises das “desigualdades entre homens e mulheres sob uma ótica questionadora dos paradigmas de mercado.” (TEIXEIRA, 2008, p. 31).

As ciências modernas veem sendo elaboradas e alicerçadas, quanto às formas de investigação e elaboração, pela metafísica materialista, e pode ser esquematizada da seguinte forma: (1) existe um mundo de fatos puros; (2) existe uma ordem nomológica subjacente a este mundo; (3) existe apenas uma ciência que expressa, representando bastante e adequadamente (FERNANDEZ, 2008a).

Estas concepções de ciência acabam por determinar que os fenômenos do mundo material, bem como suas entidades constituintes, se comportam e se estruturam independente de qualquer interação humana, e ainda que todos estes objetos e processos sejam quantificáveis que as interações sejam movidas por leis universais, e que estas possam ser medidas em esquemas matemáticos (FERNANDEZ, 2008b).

Partindo desta ideia, a ciência econômica é apontada por Fernandez (2008b) como a área de conhecimento no âmbito social com maior êxito em seguir estes cânones nomológico de objetividade. A autora ressalta que, dentro da disciplina de economia, surgiria a teoria neoclássica que se assentaria nos pressupostos científicos a fim de garantir, através do rigor e da matematização, o alcance da verdade científica.

Neste sentido, a neutralidade axiológica seria uma pré-condição para a objetividade do conhecimento e, os valores, não só não exercem qualquer papel significativo nas ciências, como atrapalhariam a manipulação técnica e o controle dos objetos e fenômenos estudados (FERNANDEZ, 2008b).

De acordo com Carrasco (1999) é importante ter-se uma releitura de caráter metodológico da disciplina de economia, apresentada como neutra, mas que possui em seus enfoques parcialidade e forte componente ideológico de gênero. A autora cita que é fundamental o desenvolvimento de teorias mais globais e integradoras que enfatizem e incorporem fenômenos sociais e que sejam mais próximas do funcionamento social e econômico real, além do viés androcêntrico, pelo qual o saber científico atualmente subjaz.

A autora acima mencionada, ainda completa, que o recorte metodológico aplicado pelas teorias econômicas atuais longe de serem neutros, possuem, pelas escolhas racionais das categorias e enfoques utilizados em suas análises, um forte recorte de gênero.

Faria e Moreno (2012, p. 6) vão apontar que, uma ciência que se reproduz naturalizando experiências masculinas como universais, acaba por desconsiderar que “a humanidade é composta por homens e mulheres, e que há diferenças e desigualdades entre esses sujeitos”, reproduzindo, assim, “uma visão enviesada do fenômeno que pretende demonstrar ou estudar.”

Também a este respeito, Fernandez (2008a) cita que esta crítica, da limitação

das abordagens econômicas em não incorporarem valores, morais, sociais, étnicos, etc. em suas análises, não é uma exclusividade do pensamento econômico feminista, teóricos heterodoxos econômicos constantemente apontam esta limitação da ótica ortodoxa. A proposta feminista, no entanto, como bem aponta Fernandez (2008a), pretende revelar os perversos efeitos das desigualdades entre homens e mulheres, que as atividades dos indivíduos do sexo feminino são socialmente suprimidas pelas relações assimétricas de poder, relações estas, que são produzidas e reproduzidas pela prática simbólica que naturaliza as diferenças de gênero nos mais variados campos da vida. A filosofia feminista de acordo com a autora acima citada vai buscar

reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se define, se mede, se estuda o fenômeno econômico na teoria neoclássica, colocando em questão a suposta objetividade que o modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto (FERNANDEZ, 2008, p. 39).

Coelho (2009) vai apontar que a capacidade da economia tradicional em abordar e compreender a realidade humana é questionável, na medida em que todo seu arcabouço teórico exclui variáveis consideradas não econômicas, dadas como exógenas, tais como os valores, as normas, ou as condições que determinam as escolhas individuais.

Analisar a economia a partir da ótica das teóricas da Economia Feminista é um dos mais recentes programas de pesquisa em ciência econômica que, como bem lembrado por Fernandez (2008), surgiu em 1990 e, ainda hoje, dificilmente pode ser tida como um bloco monolítico de pensamentos, sendo suas idealizadoras integrantes originárias de diversas escolas da economia, da marxista a neoclássica. De acordo com a autora, estudiosas de várias escolas geram, obviamente, muitas divergências internas quanto às origens e soluções para a problemática da situação atual da mulher na economia, no entanto, a introdução do gênero, como categoria analítica da disciplina, surge como uma característica em comum que vai permitir tornar a economia feminista uma corrente teórica de análise econômica.

Cabe apontar que fugir do “espartilho dos modelos formalizados” pela teoria econômica tradicional permite múltiplas facetas de pensamento e ação que convergem para o empoderamento e bem-estar não apenas das mulheres, mas de

todos os grupos humanos, os quais por questões de raça, nação, idade ou orientação sexual ou outros fatores geradores de discriminação ficam sub-representados na divisão de recursos e poder, limitados assim, na sua condição de vida (COELHO, 2009). A autora completa que a economia feminista não busca gerar um “corpo teórico alternativo, metodologicamente homogêneo e com cabal capacidade explicativa dos fenômenos econômicos [...] a medida do seu sucesso é o contributo para a transformação emancipatória da realidade econômica.” (COELHO, 2009, p.132).

A teoria feminista vai se destacar por abordar temas como:

[...] o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade. (CARRASCO, 1999, p.13, tradução nossa).³

Faria e Moreno (2012, p. 5) apontam que é importante posicionar o feminismo em uma perspectiva anticapitalista para ir além de identificar os impactos dos diferentes modelos econômicos sobre as mulheres, é ser capaz de demonstrar, a partir da economia feminista, de que forma as desigualdades persistentes entre homens e mulheres constituem-se como “uma das bases de manutenção do atual sistema econômico.”

Coelho (2009) apresenta como principal contribuição intelectual das teóricas feministas a compreensão de que a ciência econômica nasceu centrada no mercado, logo, seus pressupostos são assentados no individualismo, egoísmo, sendo este modo de ação específico do mercado, tido como padrão dominante do comportamento humano, assim sendo, a abordagem econômica neoclássica não possibilita compreensão plena e satisfatória de muitos fenômenos econômicos.

Como visto na seção “O gênero como categoria analítica” e como bem lembra Fernandez (2008b), gênero são atribuições sociais, construídas culturalmente, que não se referem a dados biológicos, considerados como naturais a homens e mulheres. Estas características, dadas como biológicas a determinado gênero, acabaram por criar uma hierarquização de comportamento, em que atitudes

³ “[...] el trabajo domestico, distintos aspectos de la participación y discriminación laboral de las mujeres, las políticas económicas y sus efectos deifrenciados por sexo, los problema de género y desarrollo, la invisibilidde de las mujeres em los modelos macroeconómicos y el desarrollo de nuevos enfoques que permitan el análisis global de la sociedade.” (CARRASCO, 1999, p.13).

consideradas femininas seriam, de certa forma, inferiores e marginais comparadas com as atitudes masculinas que predominam nas culturas ocidentais (FERNANDEZ, 2008b).

Carrasco (1999) irá ressaltar que as teorias científicas vigentes são constituídas sob uma perspectiva que pretende universalizar normas e valores de uma cultura pautada no domínio masculino. Como ressalta Coelho (2009, p. 128), citando Strober (1994, p. 143), “a economia Feminista é um repensar da disciplina com o objectivo de melhorar a situação económica das mulheres.”

Visto que, as diferenciações sociais de gênero são um determinante para as desigualdades de oportunidade dadas a homens e mulheres, bem como, estas mesmas desigualdades se enraizaram, se moldaram ao capitalismo, de forma a fazer parte da manutenção do próprio sistema, é através delas que a crítica feminista irá elaborar sua teoria. No item que segue é apresentado como a economia feminista incorpora a categoria gênero em suas análises, a fim de propor uma nova economia, com um papel mais integrador e igualitário para todos.

3.2 A CATEGORIA GÊNERO NA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA: “DESNATURALIZANDO” A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O TRABALHO DAS MULHERES

Neste ponto, a inserção do gênero como categoria analítica vai remeter a dois níveis na teoria econômica feminista, conforme análise empreendida por Fernandez (2008b): (1) Gênero - lado pragmático da crítica e (2) Gênero lado metodológico e epistemológico da crítica. Os dois sentidos distintos, mas inter-relacionados são apresentados por Fernandez (2008b) da seguinte forma:

Quanto ao Gênero - Lado pragmático da crítica, a autora destaca que o uso da categoria vai possibilitar as economistas feministas discutir as diferenças entres os papéis sociais designados a homens e mulheres. A teoria econômica feminista vai teorizar então, sobre assuntos pertinentes, do ponto de vista econômico, aos problemas diferenciados enfrentados pelos indivíduos do sexo feminino. Têm-se, como exemplo, o trabalho doméstico não remunerado, as discriminações da mulher no mercado de trabalho, bem como a invisibilidade da força de trabalho feminina na produção da riqueza nacional.

Um exemplo conspícuo da 'invisibilidade econômica' do trabalho feminino não remunerado é o caso do produto nacional e de como isso repercute negativamente no sentido de perpetuar desigualdades econômicas (e sociais) arraigadas é o caso do cálculo do produto nacional. A estimativa da produção nacional, se entendida como uma medida da atividade produtiva *total*, é distorcida, e as políticas sociais implementadas, tomando por base estes dados, são igualmente insatisfatórias para uma parcela significativa da população. (FERNANDEZ, 2008b, p. 41).

Obviamente, a atual metodologia nos cálculos destes índices subestima, como bem conclui Fernandez (2008b), grosseiramente os verdadeiros índices de produção, servindo ainda de estigma para perpetuar desigualdades econômicas e sociais entre os sexos. Carrasco (1999) aponta, neste sentido, que ao excluir as mulheres e as atividades que estas realizam, a ciência econômica moderna não consegue avaliar suas restrições e situações específicas, não consegue ver além do olhar androcêntrico.

O trabalho não remunerado, realizado em sua maioria esmagadora por mulheres, ao ser invisibilizado pelas teorias econômicas, aponta não só o caráter androcêntrico desta ciência, como retrata a desconsideração da relevância econômica das próprias mulheres (COELHO, 2009).

No que se refere ao segundo nível, Gênero - lado metodológico e epistemológico da crítica como mostrado anteriormente, o projeto da economia feminista não se limita ao estudo pragmático da crítica e dará um segundo sentido a utilização do gênero como categoria analítica, apontando "para uma reconfiguração de toda constelação científica em seu fulcro teórico." (FERNANDEZ, 2008b, p. 42). A proposta apresentada se contrapõe a determinado modelo de ciência, conforme segue:

A alegação central das epistemologias feministas é que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Ou seja, supõem valores sexistas androcêntricos. (FERNANDEZ, 2008b, p. 42).

A inadequação teórico-metodológica da ciência tradicional, apresentada como consequência de valores sexista e androcêntricos em seus sistemas metodológicos-epistemológicos, visto que as características da ciência positivista que originaram as ciências modernas têm sido culturalmente e historicamente associadas à

masculinidade, como a racionalidade, objetividade análise quantitativa e neutralidade axiológica (FERNANDEZ, 2008b). A autora citada completa que, em contrapartida, as formas teóricas pautadas em análises qualitativas e verbais, comprometida com valores, que se distanciam da ciência oficial, têm sido associadas à vagueza e imprecisão e à feminilidade.

A este respeito Carrasco (1999) também afirma que a maneira androcêntrica que o pensamento econômico vem sendo construído desde os primórdios é a principal causa da marginalização e invisibilidade da atividade da mulher na sociedade, o que levou muitas economistas feministas a questionar o esquecimento das mulheres nas análises da divisão de trabalho, na família e na sociedade.

Um dos aspectos abordado pela teoria econômica feminista vai ser o conceito de “exercício de ação (agency)”, que remete à identificação das possibilidades abertas à ação humana (FERNANDEZ, 2008b, p. 43), ou seja, apontar e sanar as causas que levam a limitação da ação, buscando sempre ampliar as condições destas possibilidades. Fernandez (2008b, p. 43) aponta que “o movimento feminista endossa a possibilidade de expandir o exercício de ação onde este foi diminuído ou restringido”.

A economia feminista é uma abordagem científica que busca a emancipação da mulher, expandir o exercício de ação dos indivíduos do sexo feminino, incorporar como parte do objeto de estudo a libertação da mulher e da igualdade social e política de todos (FERNANDEZ, 2008b).

Neste sentido, Faria (2009) vai apresentar com principal objetivo das teorias econômicas feministas a reivindicação da posição da mulher como “atora” econômica, visibilizando o grande volume de trabalho doméstico e atividades no lar desempenhadas pelas mulheres.

Fica claro neste ponto, a assimetria de valor dada ao dualismo masculino e feminino, o primeiro teria seus métodos e valores pautados na objetividade, sendo assim universalizáveis, enquanto os estudos relacionados ao feminino seriam subjetivos (FERNANDEZ, 2008b). É o triunfo do “rigor (hardness) da ciência masculina sobre a imprecisão e a vagueza (softness) das abordagens, métodos e valores alternativos – ‘femininos’.” (FERNANDEZ, 2008b, p. 42).

Ou seja, a teoria econômica dominante não só invisibiliza a contribuição econômica da mulher, como oculta e desvaloriza toda produção teórica feministas, o

mesmo acontece quando o tema é abordado por autores homens, que tentem incorporar o feminismo em suas análises (FARIA, 2009).

Neste nível metafórico, a crítica feminista se coloca em conjunto com as demais correntes de pensamento econômico que se contrapõem a teoria econômica neoclássica e a possibilidade alternativa apresentada por Fernandez (2008b) é a proposta epistemológica de Hugh Lacey (1998; 1999). Esta proposta epistemológica teria algumas características específicas sem resvalar para o relativismo, ou ainda, para a incomensurabilidade ou algum tipo de fundamentalismo:

Preserva a racionalidade como um ideal epistêmico chave, introduz valores não cognitivos no núcleo da metodologia científica, sem que isso comprometa a objetividade das teorias e, finalmente, possui uma acentuada veia empirista. (FERNANDEZ, 2008b, p. 48).

Neste sentido, Fernandez (2008b) aponta que a abordagem de Lacey (1999) propõe a possibilidade em se ter uma atitude racional e objetiva, sustentando os valores sociais e morais dentro do núcleo do saber científico.

Ela [a ciência] procura encontrar aquelas verdades que correspondem a determinadas perguntas. A motivação dessas perguntas (sua metafísica de fundo) e também as estratégias de investigação utilizadas para formulá-las estão condicionadas por valores não cognitivos e, portanto, aquilo que conta como resposta (verdade) significativa também (FERNANDEZ, 2008b, p. 49).

Fica claro, desta forma, que a ciência materialista, a partir de seu recorte metodológico, reconhece e analisa parte da realidade, ao mesmo tempo, que ignora outras zonas existentes nesta (FERNANDEZ, 2008b); não existe decisão neutra, política neutra, estudo neutro, ao excluir os valores de sua análises, esta própria opção, de ignorar uma parte da realidade buscando a neutralidade, torna a ciência materialista não neutra. Na perspectiva de Lacey (1999), citado por Fernandez (2008b, p. 49), os valores morais e sociais norteariam a investigação, e a objetividade seria garantida pela imparcialidade, ou seja, os valores, “não conformam o conteúdo da teoria, mas estabelecem sim seus contornos e a profundidade de seu alcance.”

A epistemologia feminista surge, então, da necessidade de uma abrangência maior de análise, em contrapartida ao reducionismo científico vigente, é o desenvolvimento de estratégias a partir de modelos conflitantes à ortodoxia. De acordo com Fernandez (2008b), a teoria feminista está obtendo êxitos empíricos que

não foram conseguidos por outras correntes teóricas, ou seja, os valores extracientíficos, a qual a teoria se inspira, estão de fato funcionando como recursos epistêmicos, contrariando a epistemologia tradicional, os valores não só não foram obstáculos, como ainda auxiliaram na descoberta bem como na compreensão de novos aspectos da realidade.

Sobre este tema, Carrasco (1999) escreve que muitos estudos desenvolvidos a partir de análises dos efeitos de políticas de ajustes e políticas restritivas em países pobres, reconheceram a existência de diferenças sobre homens e mulheres destas políticas. No entanto, a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas ainda é escassa, assim como a implantação de políticas continua sendo feita sem considerar as experiências e relações de poder entre homens e mulheres (CARRASCO, 1999).

De acordo com Nobre (2016, p. 646), em períodos de crise, quando o governo não consegue mais suprir as necessidades básicas da população, são as mulheres que precisam e conseguem “gerir, por meio de trabalho não remunerado realizado em casa e nas comunidades, as necessidades que Estado e setor privado nem se propunham nem conseguiam responder.”

Fernandez (2008b) conclui sua análise mostrando que são múltiplos os aspectos de luta no que tange à participação das mulheres na sociedade e que as conquistas já alcançadas de algumas áreas, a participação do mercado de trabalho, por exemplo, não veio acompanhada por uma equitativa divisão dos trabalhos desempenhados por estas no lar, sejam as tarefas domésticas, a criação dos filhos ou ainda o cuidado de familiares doentes e idosos. Estas tarefas domésticas associadas ao trabalho remunerado fora de casa foram sendo incorporadas e naturalizadas à rotina feminina, atribuindo as mulheres a responsabilidade natural da esfera doméstica, como mãe, esposa, dona-de-casa.

Também sobre este tema Faria (2009) contribui dizendo que mesmo com a participação considerável das mulheres nos campos e nos trabalhos assalariados, o trabalho doméstico ainda era de exclusiva responsabilidade feminina, tendo em vista que a realização deste e os cuidados familiares são reconhecidos como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é seu lugar principal.

Para prosseguir com o debate, no tópico seguinte, são apresentadas algumas das críticas da economia feminista ao modelo econômico neoclássico,

especificamente, no que compreende a invisibilidade do trabalho das mulheres.

3.3 SOBRE A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: CRÍTICAS DA ECONOMIA FEMINISTA AO MODELO ECONÔMICO NEOCLÁSSICO

Carrasco (1999) afirma que a economia neoclássica vai racionalizar o papel tradicional de homens e mulheres na família e no mercado de trabalho, como se estivesse biologicamente determinados. Nesta dupla-jornada de trabalho, trabalho remunerado e trabalho não remunerado, o trabalho desenvolvido no âmbito privado é invisível do ponto de vista econômico, o que reforça e alimenta a subjugação e desigualdades do sexo feminino (CARRASCO, 1999).

A autora acima citada enfatiza que as economistas feministas criticam a economia clássica (e neoclássica) no que compreende a invisibilidade das mulheres. A esfera econômica sempre negou às mulheres o status de agente econômico, por esta razão “[...] as decisões racionais normativas [...]” são pautadas considerando o suposto lugar que “[...] as mulheres têm na economia e na sociedade [...]” (PUJOL (1992, p. 1 apud CARRASCO, 1999, p. 16, tradução nossa)⁴. Carrasco lembra que Pujol (1992), entre outras pesquisadoras, “estudam as raízes da invisibilidade econômica das mulheres nos economistas clássicos: o ‘esquecimento’ das atividades não mercantis, sua articulação com a produção capitalista e a participação das mulheres na criação de ‘capital humano’.” (CARRASCO, 1999, p. 16, tradução nossa).

É importante lembrar, como bem cita Carrasco (1999), que os pensadores clássicos viviam em um período de transição e reestruturação da realidade social, devido, principalmente, aos processos de industrialização, que iniciava o movimento de diversas cadeias produtivas, econômicas e sociais.

Nas sociedades pré-capitalistas toda a produção era voltada para subsistência familiar, desta forma, todo trabalho desenvolvido possuía o mesmo valor, o valor de uso. Com a implantação generalizada do capitalismo, a produção passou a ser orientada para o mercado e a se distinguir da produção doméstica destinada ao consumo familiar, o trabalho passou, a ser uma mercadoria, e como tal

⁴ “[...] decisiones racionales normativas [...] el lugar que se les supone em la economía y la sociedade.” (PUJOL, 1992 apud CARRASCO, 1999, p.16).

a possuir valor de troca (CARRASCO, 1999).

Assim, começa uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Inicia-se uma perspectiva das análises que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família (CARRASCO, 1999, p.17, tradução nossa)⁵.

Desde o início das pesquisas do campo feminista, já no século XIX, historiadoras buscaram mostrar que as contribuições econômicas das mulheres para a reprodução familiar são decisivas, pois, além do trabalho doméstico, desempenhavam longas jornadas fora de casa ou na agricultura (CARRASCO, 1999). A autora citada vai questionar, como, surpreendentemente, todo este trabalho realizado dentro e fora de casa, pôde ter sido invisível a maioria dos teóricos clássicos.

De acordo com Teixeira (2008, p.32), em um contexto de transição social demandado pelo processo de industrialização, “a produção orientada para o mercado de trabalho estava se dissociando da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar”, o que “contribuiu para que as análises dos pensadores clássicos se concentrassem na produção capitalista.” A autora também vai explicitar a relação que os teóricos econômicos fazem entre renda e trabalho, sendo este último relacionado ao emprego.

Para estes pensadores, os temas de maior preocupação estavam voltados para a criação de riqueza, por meio do trabalho assalariado e da distribuição de renda entre as classes sociais, e para os aspectos relacionados ao trabalho que envolvem a questão da produtividade, eficiência, salário, divisão do trabalho etc., sempre se referindo ao trabalho como emprego e ignorando a produção realizada no âmbito doméstico. (TEIXEIRA 2008, p. 32).

Sobre a dicotomia pública e privada, Carrasco (2006) afirma que há uma ocultação da participação da mulher e sua importância para as esferas produtivas,

⁵ “Así, comienza una tradición que ignora la división por sexo del trabajo y oculta el trabajo familiar doméstico y su articulación con la reproducción del sistema capitalista. Se inicia una perspectiva de análisis que mantiene una rígida separación entre diversas dicotomías: público y privado, razón y sentimiento, trabajo mercantil y trabajo doméstico, empresa y familia.” (CARRASCO, 1999, p.17).

na medida em que todo o seu trabalho executado em casa, no âmbito particular, é desconsiderado.

Não é estranho, então, que, neste contexto se produza uma redefinição dos espaços públicos e privados e comece uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho, oculte o trabalho doméstico e sua relação com a reprodução do sistema capitalista. (CARRASCO, 2006, p.4, tradução nossa).⁶

Faria (2009, p.15), no capítulo intitulado “Economia Feminista e Agenda de Luta das Mulheres No Meio Rural”, ressalta que a "economia dominante não só desconsidera, invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas.” A autora ainda faz o seguinte apontamento:

A economia clássica, que tem como momento fundador a publicação do livro de Adam Smith, A riqueza das nações (1776), tinha uma perspectiva histórica, preocupava-se com o trabalho que era visto como fonte do valor das mercadorias. A partir de 1870 perdeu sua força e foi substituída por duas outras correntes: de um lado, a neoclássica (chamada também de marginalista) e, de outro, a abordagem marxista. Em todas essas correntes a perspectiva feminista e, em especial, a análise do trabalho doméstico teve pouca atenção. A única exceção foi a do economista clássico John Stuart Mill, que, a partir da colaboração de Harriet Taylor, reconheceu o trabalho doméstico, mas não chegou a integrá-lo no conjunto da análise econômica. (FARIA, 2009, p.15).

A este respeito, Carrasco (1999) também vai explanar que, em geral, os autores clássicos consideram a importância do trabalho da mulher quando destinado aos cuidados familiares, em especial a criação e educação dos filhos. O trabalho doméstico, neste sentido, adquire o papel fundamental para sobrevivência infantil, sendo este trabalho no lar, indispensável para a criação de trabalhadores produtivos, que possam contribuir para a “riqueza das nações”, mas a este, desempenhado majoritariamente pelas mulheres, não foi atribuído valor (CARRASCO, 1999).

Adam Smith, grande teórico clássico econômico, em sua principal obra “A Riqueza das Nações” destacava a importância das tarefas do lar, principalmente no quesito da educação para a formação de bons trabalhadores, e defendia que a principal obrigação da mulher era ser mãe e esposa, que esta atividade não poderia ser prejudicada pelo trabalho fora de casa, pois este era considerado “circunstancial

⁶ “No es extraño entonces, que en este contexto se produzca una redefinición de los espacios público y privado y comience una tradición que ignora la división por sexo del trabajo y oculta el trabajo familiar doméstico y su articulación con la reproducción del sistema capitalista.” (CARRASCO, 2008 p.4).

e complementar”, este tema é apresentado por Teixeira (2008) a partir de uma análise de Pujol.

Stuart Mill descreverá a desigualdade salarial como consequência do excesso da oferta de força de trabalho feminina, devido aos poucos empregos disponibilizados a elas pela legislação da época ou mesmo por preconceitos sociais, como observado no seguinte trecho:

Nas ocupações em que os empregadores tiram plena vantagem da concorrência, os baixos salários das mulheres, comparados com os ganhos normais dos homens, são prova de que os empregos estão superocupados: [...] as ocupações que por lei e por costume são acessíveis a elas são relativamente tão poucas que o campo para emprego para elas se apresenta ainda mais saturado. [...] na situação atual, um grau suficiente de saturação pode rebaixar os salários das mulheres a um mínimo muito mais baixo ainda que o dos salários dos homens. Os salários, pelo menos das mulheres solteiras, devem ser iguais ao que custa o sustento delas, mas não precisam ser superiores: o mínimo [...] para o sustento de um ser humano [...] o ponto mais baixo ao qual a concorrência mais abundante pode rebaixar de modo permanente os salários de um homem é sempre algo acima disso. Onde a esposa de um trabalhador não contribui, por costume geral, para os ganhos dele, o salário do homem deve ser suficiente, no mínimo, para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos para manter-se a população, pois, se fosse menos, não haveria maneira de manter a população. (MILL, 1983, p.329 - 330).

Para Mill, ficava evidente que as distinções de salários eram frutos do costume baseado em preconceitos sociais que distinguia a remuneração de pessoas com as mesmas habilidades profissionais por sexo, que impossibilitava a independência, social financeira e profissional da mulher (TEIXEIRA, 2008).

Segundo Mill (1983), quando o trabalho era físico, com metas, ou ainda, quando a eficiência podia ser mensurada e quantificada, não era incomum encontrar mulheres e homens com os mesmos salários. A respeito disto, o autor reconhece que:

Merece ser examinada a razão pela qual os salários das mulheres são em geral mais baixos, e muito mais baixos que os dos homens. Isso não ocorre em toda parte. Quando homens e mulheres trabalham no mesmo emprego, caso se trate de uma ocupação para a qual os dois têm aptidão igual em termos de força física, nem sempre recebem salário desigual. [...] Quando a eficiência é igual, mas o salário é desigual, a única explicação que se pode dar é o costume, e este, fundado em preconceito, ou na presente estrutura da sociedade, a qual, por fazer de cada mulher (socialmente falando) um apêndice do homem, possibilita aos homens apossar-se sistematicamente da parte do leão em tudo o que pertence aos dois. (MILL, 1983, p.329).

Esta dependência forçada era imposta, seja pelos preconceitos patriarcais, seja por leis que beneficiavam o sexo masculino e empurravam as mulheres a funções “mais femininas”, aquelas funções com as quais estão naturalmente predispostas a exercer, ou seja, devido a sua incapacidade de executar tarefas mais complexas como os homens as mulheres estavam “destinadas” a cuidar dos outros (BRANDT, 1995 apud TEIXEIRA, 2008).

Marshall (1982) é outro pensador neoclássico que explicitará claramente os papéis diferenciados exercidos por homens e mulheres no sistema. O autor duvidava que existisse alguma vantagem da “mão invisível”⁷ ao absorver a mulher no mercado, incentivando-a com bons salários, pois, da mesma forma que essa alocação feminina possibilitaria um avanço de suas faculdades, ela dificultaria a boa execução do capital pessoal que, naturalmente, era o dever feminino.

Os salários das mulheres por motivos semelhantes (das crianças, que com a redução das restrições que os excluía de alguns ofícios, aumentaram a demanda por esta mão-de-obra) estão se elevando rapidamente em relação aos dos homens, está é uma grande vantagem, enquanto tende a desenvolver-lhes as faculdades, mas constituir um prejuízo, no que as tenta a negligenciar seus deveres de construir um verdadeiro lar, e de aplicar seus esforços no capital pessoal do caráter e das aptidões dos filhos. (MARSHALL, 1982, p. 279).

Na teoria da divisão natural do trabalho de Marshall, claramente influenciada pela ideologia vitoriana que pregava a sensibilidade da mãe, seus deveres e responsabilidades para com o lar em um Estado industrial, outros aspectos importantes são encontrados, como por exemplo, a visão de degradação que o trabalho feminino trazia e ainda a sua influência negativa sobre a vida e determinação do futuro dos filhos. Descrevendo as vantagens dos nascidos nas camadas mais altas da sociedade em relação aos filhos das classes mais inferiores, o autor aponta:

O filho do artesão tem ainda outras vantagens. [...] sua mãe terá possivelmente mais tempo para consagrar ao cuidado da família. Se compararmos um país do mundo civilizado com outro, ou uma parte da Inglaterra com outra, ou um ofício na Inglaterra com outro, verificaremos que a degradação da classe trabalhadora varia quase uniformemente com a

⁷ A mão invisível do mercado foi uma analogia, utilizada por Adam Smith, para explicar como o lucro individual, poderia, através de um mecanismo natural do mercado, ser distribuído socialmente. Atualmente, os liberais mais radicais se utilizam desta analogia, para defender o não intervencionismo Estatal no mercado, deixando-o livre para se autorregular e controlar, onde, baseado nas decisões particulares e racionais de cada indivíduo alcançar-se-ia o bem comum. (COELHO, 2009).

quantidade de trabalho pesado realizado pelas mulheres. O mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos, e desse capital a parte mais preciosa resulta do cuidado e da influência da mãe, tanto quanto esta conserve os seus instintos de ternura e de abnegação, e não se tenha empedernido pelo esforço e fadiga do trabalho não feminino [...] (e ainda a importância em manter) mulheres aptas a tornar os seus lares felizes, e a criar os seus filhos vigorosos em corpo e espírito, amigos da verdade e da limpeza, dignos e valentes. (MARSHALL, 1982, p. 190).

Carrasco (1999) explica que visão da mulher como cuidadora, responsável pela próxima geração, é de suma importância para a divisão sexual do trabalho, na medida em que a obrigação primeira das fêmeas, naturalmente, é ser mãe, o que seria incompatível ou dificultado pelo fato de se ter um emprego.

Mesmo com os confirmados limites das aproximações econômicas clássicas e neoclássicas, em analisar o trabalho familiar doméstico em um marco adequado, um ponto importante lembrado por Carrasco (1999) foi o reconhecimento fundamental da vida e do trabalho familiar no cuidado das crianças e na reprodução da população, no entanto, apesar do trabalho da mulher ser reconhecido pelos autores, contraditoriamente, não foi incorporado em um sistema analítico capaz de representar o sistema socioeconômico global.

Neste sentido, o trabalho da mulher desempenhado na família, como requisito crucial para alcançar o tão sonhado “bem-estar” do capitalismo, é compreendido pela economia vigente, no entanto, é excluído da Contabilidade Nacional, como não ocorrem trocas monetárias, o trabalho da mulher, relativo ao cuidado e à reprodução da força de trabalho, realizado em casa, é visto como não trabalho (CARRASCO, 1999).

Na economia do bem-estar de Pigou, por exemplo, estabelece-se uma diferenciação importante entre indivíduos do sexo feminino e masculino, mulheres e homens, em que se reproduz a noção de que as mulheres são consideradas mais fracas e dependentes, seja do marido ou do Estado; tendo assim, como lugar natural o lar e, caso elas se aventurem em um emprego, é justificável seus salários inferiores e piores condições (CARRASCO, 1999).

Na economia neoclássica, a análise se desloca da produção capitalista ao mercado capitalista, ao intercâmbio, institucionalizando definitivamente a separação das esferas pública e privada, produção mercantil e produção doméstica, elegendo de forma racional o setor que conta para a economia, o espaço público quantificável,

e relegando o espaço privado incomensurável, destinado socialmente a mulher, a marginalidade e invisibilidade (CARRASCO, 1999).

Muito bem lembrado por Teixeira (2008), este dualismo é essencial para a compreensão dos anos de opressão e desigualdades vivenciados pelas mulheres, na medida em que as tornava financeiramente e socialmente dependentes do pai ou do esposo.

Dividindo assim, mulheres e homens, respectivamente, em indivíduos que estariam fadados à dependência e as tarefas domésticas, com uma participação no mercado de trabalho complementar, e indivíduos privilegiados a remuneração e participação efetiva no espaço público.

A partir das considerações de Pujol (1995 apud CARRASCO, 1999), verifica-se que o ponto central da crítica feminista reside no recorte de gênero absorvido e disseminado pela teoria neoclássica, que não só entende como aceita e reforça a caracterização das mulheres como mães, esposas, donas de casa, como indivíduos dependentes, improdutivos e irracionais. Recorte este que revela, claramente, o viés androcêntrico do pensamento econômico.

Ao apontarem as limitações epistemológicas das estruturas teóricas com recorte de gênero, as economistas feministas trouxeram à tona questões tradicionalmente postas às margens da economia. Conforme cita Carrasco (1999), uma parte significativa das primeiras discussões foi desenvolvida na análise “o debate sobre o trabalho doméstico”, que centrava na natureza do trabalho doméstico e a função que este desempenha no sistema capitalista.

Como já apresentado no tópico sobre a divisão sexual do trabalho, a questão do trabalho doméstico está no centro da discussão sobre atividades consideradas produtivas e reprodutivas. Sobre as divisões sociais e culturais entre trabalho doméstico e trabalho remunerado Saffioti (s/d) escreve que nas sociedades primitivas o valor do trabalho produtivo, realizado coletivamente pelas mulheres, garantia uma posição de igualdade para estas em relação aos homens. Com a substituição das vivências comunitárias, pela família patriarcal, o trabalho da mulher passou a ser desenvolvido individualmente e limitou-se a criação de valores de uso para o consumo direto e privado. “Segregada do mundo do sobreproduto, a mulher passou a constituir elemento econômico invisível da sociedade de classes.” (SAFFIOTI, s/d).

Por outro lado, como bem explica Saffioti (s/d), o trabalho do homem evoluiu ao se incorporar aos diferentes modos de produção, em objetos economicamente visíveis que entram no processo de trocas e geram riqueza ao sistema. A autora ainda completa que, no sistema capitalista, os homens, proprietários e operadores dos meios de produção são determinados essencialmente como produtores de mercadorias, sendo sua posição social definida a partir do seu lugar no mundo da produção destinada à troca.

Mesmo segregada do mundo do sobreproduto a mulher cumpriu uma função econômica fundamental, a de transformar matérias primas em valores de uso para o consumo direto da força de trabalho que move a economia, tarefas como, a alimentação, o vestuário, os cuidados com a casa e a educação dos filhos (SAFFIOTI, s/d). Trabalho este que, embora seja realizado no ambiente privado do lar, é essencial para a reprodução econômica da sociedade (FARIA; MORENO, 2012).

Faria (2009) cita que reconhecer o trabalho doméstico não significa quantificá-lo e dar-lhe características para que seja valorado em termos mercadológicos. A autora traz que a ideia é na verdade o oposto, isto é, reconhecer que o trabalho doméstico possui características específicas, tão próprias que não lhe cabe no âmbito do trabalho mercantil, uma vez que a busca não é por benefícios, mas é marcado pela dimensão subjetiva.

A polêmica em torno do trabalho doméstico como criador de valor e produtor de mais-valia, gerou muitos estudos, que apontam a relação entre o trabalho doméstico e a reprodução da força de trabalho e o benefício que obtém o capital, que segundo afirma Carrasco (1999), tentava-se desvendar o caráter do trabalho doméstico para o capitalismo: estrutural ou conjuntural.

Saffioti (s/d) aponta que na economia o processo destinado a repor os meios de produção consumidos ao longo do tempo, máquinas, alimentos, vestuários, é denominado de reprodução e está presente tanto na empresa quanto na sociedade. De acordo com a autora, este processo de renovação constante da produção dá-se diariamente na mais primitiva forma de empresa, a casa; onde as donas de casa repõem grande parte da força de trabalho de toda a classe trabalhadora.

Entende-se então que, em um mundo onde o proletário, que vende sua força de trabalho na produção de mercadoria de consumo indireto, não pudesse contar

com estes trabalhos femininos que lhe proporcionam alimentos, vestuários, etc., serviços necessários a reposição da produção, as horas de sobretrabalho seriam consideravelmente menores (SAFFIOTI, s/d).

Teixeira (2012) afirma que a economia monetária é diretamente dependente da economia não monetária, na medida em que, a remuneração da força de trabalho é insuficiente e a família depende do trabalho doméstico, bem como das relações afetivas e emocionais da esfera privada, que não podem ser adquiridas no mercado, nem valoradas e nem compreendidas a partir da ótica capitalista, mas possuem importância essencial para o ser humano.

De acordo com a Cartilha “Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar”, elaborada pela equipe da Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2014), estas necessidades humanas, objetivas (biológicas) e subjetivas (emocionais), vão garantir a saúde física e mental dos indivíduos. Conforme segue a explanação proposta na cartilha, boa parte dos bens, recursos, cuidados e serviços, necessários para a vida das pessoas, são produzidos pelas pessoas que trabalham em empresas, ONGs, repartições públicas e outras organizações, os chamados produtos ou serviços de mercado; outra parte significativa destas atividades vai ser desempenhada no lar, pelas mulheres na esmagadora maioria das vezes. Sendo assim, o trabalho doméstico relacionado aos cuidados é o que vai garantir a saúde e a qualidade de vida, a segurança e o desenvolvimento de todos os membros da família.

Mesmo com o processo de transferência de certos valores de uso, produção desempenhada nas relações domésticas, à produção socializada sob relações capitalistas, que ocorreram ao longo do tempo, o trabalho doméstico tem se socializado progressivamente; este tema está claramente marcado por um estilo dogmático e economicista que impede uma real análise da importância do trabalho doméstico, ainda que seja útil ao capitalismo (CARRASCO, 1999).

A este respeito Saffioti (s/d) escreve que, se o fundo total de trabalho for pensado como conjunto de força de trabalho que mantém e desenvolve uma economia, só é possível identificar a amplitude do excedente econômico criado, quando se considera o trabalho destinado ao mercado e o trabalho desenvolvido para o consumo direto. Segundo a autora, este segundo nível de trabalho não é considerado pelos economistas que se limitam as categorias de produção mercantil,

categorias do capitalismo. De acordo com Saffioti (s/d) “a interpretação dos economistas reflecte a discriminação da mulher e a confusão entre reprodução biológica e reprodução privada da força de trabalho.”

No campo das relações económicas, Saffioti (s/d) ressalta que a divisão sexual do trabalho especializou os homens na criação do sobreproduto, isentando-os de uma parte importante da reposição da sua própria força-de-trabalho, permitindo-lhes uma dedicação exclusiva à produção social e à atividade pública. Em contrapartida o trabalho feminino, no seio da família, mesmo consumindo muitas desgastantes horas, não gera diretamente sobreproduto ou mercadorias visíveis, sendo colocado, assim, as margens da economia, da sociedade e da história (SAFFIOTI s/d).

Assim foi se colocando em pauta dos estudos “a posição das mulheres como donas de casa e o papel do trabalho doméstico na reprodução do sistema social.” (CARRASCO, 1999, p.24, tradução nossa)⁸, que permitiram a inclusão de aspectos que vão muito além da análise meramente económica do trabalho doméstico. O trabalho doméstico, conforme Saffioti (s/d), realizado pelas donas de casa é a força de trabalho invisível no sistema capitalista, pois este sistema é incapaz de absorver uma força de trabalho que não está posta como mercadoria; a mulher produz a força de trabalho vendida no mercado, mas ela própria não é dona desta força de trabalho e sim seus filhos e marido. Saffioti (s/d) conclui então, que as donas de casa, dos setores trabalhadores, contribuem para o sistema de forma dependente, repõem diretamente a força de trabalho dos demais trabalhadores, mas são postas como subclasse, na medida em que

[...] não tem relações de trocas entre si, como produtoras, nem com outra classe (tal como os escravos), nem chegaram a agrupar-se por meio do trabalho colectivo. Não tomam parte no desfile público de senhores, servos, escravos, capitalistas e demais classes. Não participam nas relações públicas de propriedade mediante as quais se materializa, e é aproveitado, o excedente de produção.
(SAFFIOTI, s/d).

Conforme abordado anteriormente no item 2.2 Divisão sexual do trabalho na análise da força de trabalho feminina como “secundária”, os papéis sociais designados aos indivíduos de sexo feminino e masculino seguem uma divisão

⁸ [...] la posición de las mujeres como amas de casa y el papel del trabajo doméstico em la reproducción del sistema social.(CARRASCO, 1999, p.24).

hierárquica e assimétrica. Como bem cita Saffioti (1979), o homem sempre foi tido como indivíduo completo enquanto a mulher ficava a sombra de um homem, seja o pai ou o esposo, da mesma forma, suas realizações de vida incluíam obrigatoriamente o casamento; somente através do matrimônio a mulher consolidava sua posição social e conquistava estabilidade econômica.

Esta visão, de existência dependente das mulheres, era posta tanto nas relações econômicas, uma vez que a esposa dependia financeiramente do marido, quanto nos grupos de mulheres trabalhadoras remuneradas, tendo em vista que, mesmo este conjunto de mulheres tinha como obrigação social obediência ao chefe de família, regra culturalmente ditada e enraizada em vários aspectos da vida (SAFFIOTI, 1979).

Esta tradição de submissão da mulher é ponto fundamental para compreensão das desigualdades de direitos entre os sexos e as relações de gênero, tradição esta enraizada, produzida e reproduzida pelo regime patriarcal.

De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado é um ponto específico de relações de gênero, por meio das quais as relações são efetivadas por indivíduos, homens e mulheres, socialmente desiguais. O patriarcado, como já citado, apresenta um caráter histórico, e “apresenta uma visão de totalidade, em duplo sentido.” (SAFFIOTI 2004, p. 119).

Saffioti (2004) vai apresentar a análise de Lener a respeito das sociedades de caça e coleta, movidas pela coletividade, na qual a autora identificou que, independentemente da alta posição social ou a importância financeira desempenhada pelas mulheres, “em todas as sociedades conhecidas as mulheres, como categoria social, não têm capacidade decisória, sobre o grupo dos homens, não ditam normas sexuais nem controlam as trocas matrimoniais.” (SAFFIOTI 2004, p. 119).

Saffioti (2004) ainda vai apontar que, embora muitas feministas tenham horror a referência às diferenças biológicas entre homens e mulheres, não é possível esquecer que a condição mãe-filho foi fundamental para perpetuação do grupo sob condições primitivas. Como bem lembra a autora, muitas vezes, a criança só contava com o calor da mãe para se aquecer ou seu leite para se alimentar. “A mãe doadora da vida detinha poder de vida e morte sobre a prole indefesa.” (LENER, 1986 apud SAFFIOTI, 2004, p. 120).

Saffioti (2004) também apresenta a análise de Johnson, sobre a integração do controle nas sociedades que se sedentarizaram, e de como este controle, que partiu da dominação do meio ambiente, se incorporou nas demais esferas da sociedade, “os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste processo.” (SAFFIOTI, 2004, p. 120).

Conforme o ser humano domesticava os animais e via o peso econômico da sua criação, deduzia logicamente que, quanto mais filhos tivessem, maior seria o número de trabalhadores para auxiliar na produção doméstica, permitindo uma acumulação maior, “passavam, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isso tudo foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação e exploração.” (SAFFIOTI 2004, p.120 -121).

O patriarcado, então, seria baseado no controle e no medo: “os homens convertem sua agressividade em agressão mais frequentemente que as mulheres” (SAFFIOTI 2004, p. 121). Por esta razão, uma das correntes teóricas feministas, as chamadas feministas radicais, vão tentar explicar a condição da mulher pondo ênfase nas relações patriarcais, enquanto outra corrente, denominadas feministas socialistas, vão ter às relações do sistema capitalista como objeto central de crítica e estudo (CARRASCO, 1999).

Para as feministas radicais, o patriarcado é o responsável por todas as mazelas culturalmente enfrentadas pelas mulheres e é contra ele que as mesmas devem lutar.

Nos Estados Unidos, a noção de patriarcado é elaborada originalmente pelo feminismo radical para definir um sistema universal e transhistórico de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas através das quais homens subordinam às mulheres (MILLET, 1969; FIRESTONE, 1973 apud CARRASCO, 1999, p.25, tradução nossa)⁹.

Na ideologia feminista socialista, o conceito de patriarcado desenvolvido pode ser relacionado com o conceito de capitalismo, tendo em vista que, os dois sistemas atuam na sociedade e se reforçam mutuamente (CARRASCO, 1999). A autora

⁹ Em Estados Unidos, la noción de patriarcado es elaborada originalmente por el feminismo radical para definir un sistema universal y transhistórico de estructuras políticas, económicas, ideológicas y psicológicas através de las cuales los hombres subordinan a las mujeres (Millet, 1969; Firestone, 1973). (MILLET, 1969; FIRESTONE, 1973 apud CARRASCO, 1999, p.25).

completa que, para esta corrente, a subordinação das mulheres só pode ser analisada se relacionada com as explorações do sistema capitalista, no entanto, criticam os teóricos marxistas a limitarem a marginalização das mulheres como um efeito secundário das explorações de classe. Neste sentido, as instituições e as relações capitalistas seriam uma forma dos homens assegurarem sua situação de privilégio, tendo em vista o fato de que patriarcado antecede o desenvolvimento capitalista (HARTMANN, 1979 apud CARRASCO, 1999). Aqui o conceito de patriarcado adquire diferentes significações:

Às vezes se refere aos mecanismos através dos quais os homens controlam a sexualidade e fecundidade das mulheres e a organização da reprodução humana. Às vezes se refere a relações sociais mais difusas entre homens contribuindo à subordinação econômica das mulheres. Às vezes sobrevive como uma aspiração cultural entre os homens, e inclusive entre as mulheres, aos quais o racismo ou a classe trabalhadora tem negado um lugar no desenvolvimento econômico (GARDINER, 1997, p. 125 apud CARRASCO, 1999, p.27, tradução nossa)¹⁰.

Neste sentido, o conceito de patriarcado se apresentaria polissêmico e a opressão das mulheres estaria sendo “analisada em uma estrutura de dois sistemas separados: capitalismo e patriarcado, modo de produção e modo de reprodução, sistema de classes e sistema de gêneros.” (CARRASCO, 1999, p.27, tradução nossa)¹¹.

É na ciência Econômica que este problema de dualismo metodológico vai se concretizar, separando nas análises do trabalho das mulheres, em trabalho doméstico e trabalho assalariado (CARRASCO, 1999).

Na busca por compreender o papel da mulher no sistema capitalista, acabou-se por reduzir a questão do trabalho doméstico e da reprodução social à lógica da produção de mercadorias, o que logo mostrou se incapaz de explicar toda a questão, originando novas problemáticas, como bem citou Melo e Serrano (1997, p.138):

¹⁰ A veces se refiere a los mecanismos a través de los cuales los hombres controlan la sexualidad y fecundidad de las mujeres y la organización de la reproducción humana. A veces se refiere a relaciones sociales más difusas entre hombres los que contribuyen a la subordinación económica de las mujeres. A veces sobrevive como una aspiración cultural entre los hombres, e incluso entre las mujeres, a los cuales el racismo o la clase han negado un lugar em el desarrollo económico (GARDINER, 1997, p. 125 apud CARRASCO, 1999, p.27).

¹¹ “[...] analizando em uma estrutura de dos sistemas separados: capitalismo y patriarcado, modo de producción y modo de reproducción, sistema de clases y sistema de géneros.” (CARRASCO, 1999, p.27).

[...] estes conceitos foram pensados originalmente e só podem exprimir a realidade do mundo do mercado capitalista não podem ser usados para explicar ao papel da mulher, na família, no trabalho doméstico e na reprodução da sociedade, pois estas relações estão fora do mercado capitalista.

A discussão de Carrasco (1999) complementa a análise dizendo, que estas contribuições revelaram que a dimensão do trabalho doméstico transcende o valor de mercado, e que todas as perspectivas desenvolvidas até então, na tentativa de valorar o trabalho doméstico, tinham como referência o trabalho assalariado e não consideravam os novos aspectos da atividade. Esta problemática tem ligação direta com as controvérsias de inclusão do trabalho doméstico no Produto Interno Bruto (PIB):

Definitivamente ao não se outorgar um valor de mercado às atividades do lar, o risco é ter essas atividades esquecidas e junto com elas continuem invisíveis às pessoas que as realizam: as mulheres. Mas, também se coloca o problema de como reconhecer o trabalho das mulheres sem necessidade de outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas já que muitas delas não são compatíveis à produção mercantil. (CARRASCO, 1999, p.32, tradução nossa)¹².

A fim de visibilizar o trabalho reprodutivo feminino, algumas estudiosas mensuram a contribuição dos afazeres domésticos para o PIB. Um dos estudos empíricos, realizados no Brasil neste sentido, foi desenvolvido por Melo e Castilho (2009), conforme citado na introdução do presente trabalho.

A discussão também aborda “[...] a noção de bem-estar baseada unicamente em bens materiais e serviços, e se enfatiza o uso do tempo como de determinante da qualidade de vida.” (CARRASCO, 1999, p.33, tradução nossa)¹³.

Coelho (2009) escreve que as medidas de bem-estar, habitualmente utilizadas, vão ser centradas na produção/rendimento, ou seja, o que é produzido ou executado que possa ser monetariamente expresso, por isso atividades não valoradas ou quantificáveis, embora contribuam tanto ou mais para as satisfações humanas, são ignoradas pelas análises econômicas ortodoxas. Ou seja, para as medidas de bem-estar de nada vale todo o cuidado destinado às crianças ou ainda

¹² “Em definitiva, si no se asigna um valor de mercado a las actividades del hogar, se corre el riesgo de que dichas actividades permanezcan olvidadas y junto con ellas se mantenga en la invisibilidad a las personas que las realizan: las mujeres. Pero, simultáneamente, se plantea el problema de cómo reconocer el trabajo de las mujeres sin necesidad de otorgar um valor de cambio a todas las actividades no monetizadas ya que muchas de ellas no son comparables a la producción mercantil.” (CARRASCO, 1999, p.32).

¹³ “[...] la noción de bienestar basada únicamente em bienes materiales y servicion, y se enfatiza el uso del tiempo como determinante de cualidad de vida.” (CARRASCO, 1999, p. 33).

aos idosos e aos outros dependentes familiares, bem como a “[...] satisfação de necessidades emocionais, cozinhar, recollecção de matérias combustíveis ou água potável, coordenação da satisfação de necessidades da família etc.[...]” (COELHO, 2009, p.131).

A este respeito Faria (2009, p. 17) também contribui para o debate dizendo que, “para sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres.”

Outro ponto abordado por Coelho (2009) é que, mesmo se considerado o bem-estar individual da teoria neoclássica, este depende também dos modos de ocupação do tempo livre do indivíduo, logo, a dupla jornada a qual as mulheres estão sujeitas limita seu tempo de cuidados consigo mesmo, apontando mais uma diferença destas com a grande maioria dos homens.

Faria e Moreno (2012) citam que a economia feminista insiste na expansão das barreiras do que é considerado econômico, incorporando o conjunto de atividades não monetárias, expandindo o conceito de trabalho para além daquele que é remunerado e que pode ser substituído no mercado. Também sobre este tema, Nobre (2016, p. 647) enfatiza que é imprescindível, “relacionar a política e a economia, ampliar a noção de trabalho e resgatar o princípio da universalidade”, ou seja, critica-se a redução da economia “aos interesses do capital”, bem como a visão de que “o trabalho considerado como social” é tido como “complementar, atuando onde o econômico falha.”

Assim, nega-se a separação e, obviamente, a hierarquização entre espaço público e espaço privado, produção, considerada centro de análise, e reprodução, vista como inferior e dependente da primeira. Nesta nova lógica analítica, a esfera de reprodução é “entendida como parte integral da economia, mantendo uma ‘autonomia relativa’ em relação à esfera da produção, e a família deveria ser considerada como elemento central de análise.” (HUMPHRIES; RUPBERY, 1984 apud CARRASCO, 1999, p.36, tradução nossa)¹⁴. Ou seja, busca-se a integração entre esfera familiar, esfera mercantil e esfera pública, em que os três âmbitos vão constituir o todo social.

¹⁴ “[...] entendida como parte integral de la economía, mantiene una ‘autonomia relativa’ em relación a la esfera de la producción, y la familia debiera ser considerada como elemento central del análisis.” (HUMPHRIES; RUBERY, 1984 apud CARRASCO, 1999, p.36).

Ao abordar a inadequação das categorias sobre trabalho elaboradas sob as teorias do mercado dual, lembrando que são teorias tidas como insuficientes por não tratarem as questões de gênero e serem alicerçadas nas experiências de um trabalhador masculino, as economistas feministas lançam luz a um ponto obscuro da ciência econômica, o de “[...] que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da produção.” (CARRASCO, 1999, p.37-38, tradução nossa).¹⁵

A economia feminista tem desenvolvido diversas linhas de pesquisas, aqui se aborda, como já mencionado anteriormente, o recorte neoliberal de políticas econômicas e os efeitos específicos sobre a vida e trabalho das mulheres. A este respeito Coelho (2009) irá citar que ao não considerar a realidade econômica, bem como os estudos de autores não ocidentais, elaborou-se teorias econômicas com uma falsa universalidade, mas que na verdade, sóo são assim, porque excluíram todos os pontos que não se adequavam a forma pré-estabelecida. Ao optar por eliminar um considerável contingente populacional de suas análises, a teoria econômica dominante e os programas de desenvolvimento baseados nesta possuem certo enviesamento e uma significativa redução de eficácia em detrimento das mulheres, dos idosos, das crianças e demais grupos excluídos de suas bases teóricas.

Faria e Moreno (2012) também escrevem neste sentido, apontando que o que não é considerado pelas teorias econômicas vigentes vai produzir políticas públicas enviesadas, reprodutoras das desigualdades, na medida em que suas pesquisas e elaborações teóricas são desenvolvidas tendo como referência as experiências masculinas.

Carrasco (1999, p.40-41, tradução nossa) afirma que as políticas econômicas de corte neoliberal “[...] levam a uma precarização do mercado de trabalho e a uma drástica redução dos benefícios sociais, o que repercute num incremento do trabalho familiar realizado pelas mulheres.”¹⁶ A autora completa ainda que as políticas de ajuste possuem claramente um recorte de raça, classe e gênero, na medida em que, os supostos modelos macroeconômicos neutros vão afetar a uma ampla camada da

¹⁵ “[...] que el mercado laboral no es una entidad sexualment neutra y que las relaciones de género están em la base de la organización del trabajo y la producción.” (CARRASCO, 1999, p.37-38).

¹⁶ “[...] conducen a una precarización del mercado laboral y a una drástica reducción de los beneficios sociales, lo cual repercute directamente em um incremento del trabajo familiar realizado por las mujeres.” (CARRASCO, 1999, p.40-41).

população de formas diferentes. No viés de gênero, por exemplo, a relações entre esfera produtiva e reprodutiva vão ser alteradas e muitos serviços deslocados da primeira para a segunda, dando a mulher uma maior responsabilidade pela manutenção e sobrevivência familiar.

Faria (2009) aborda que, sob o disfarce do discurso de boa mãe, o capitalismo mantém a mulher como uma fonte inesgotável para suprir as necessidades do cuidado, e tende a repassar a estas os custos de qualquer crise, na medida em que mais bens e serviços vão precisar ser produzidos em casa, o mesmo ocorre quando o Estado reduz os gastos com políticas sociais, pois são as mulheres, nos lares, que precisaram compensar este déficit.

Para solução desta questão Carrasco (1999, p.43, tradução nossa) sugere, fundamentada em Catagay et al. (1995), a implementação de políticas econômicas a partir de perspectivas “[...] que considerem as relações de gênero tanto na elaboração de estruturas conceituais e modelos formais como na pesquisa empírica estatística” ou “em diagnósticos de problemas macroeconômicos e a formulação das correspondentes políticas para tentar dar-lhes solução.”¹⁷

Atualmente o pensamento dos teóricos econômicos no que tange suas percepções do papel da mulher no funcionamento do sistema, é pautado de preconceitos e diferenças de gênero, pois não inserem em suas observações as atividades não monetarizadas, Coelho (2009) cita que Adam Smith via o mercado sob a atuação de uma “mão invisível” que compatibilizava os interesses individuais divergentes de todos e que, a partir desta visão, limitou-se o objeto de estudo da economia aos bens destinados ao mercado e que, por conseguinte tivessem valor monetário. Como bem cita a autora, um destes bens é o trabalho, a “mão-de-obra-mercadoria”, que com a ascensão do sistema capitalista passou a ter seu valor expresso através do salário. Neste sentido, todo o trabalho que não possui remuneração, que hoje chamamos de setor não formal, passou a ser desconsiderado e desqualificado pela economia, ou seja, “todas as produções que, sendo embora cruciais para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, não são valoradas através do mercado”, a qual fazem parte o trabalho doméstico e o trabalho

¹⁷ “[...] que consideren las relaciones de género tanto en la elaboración de estructura conceptuales y modelos formales como en la investigación empírica estadística de países específicos, estudios comparativos entre ellos o en el diagnóstico de problemas macroeconómicos y la formulación de las correspondientes políticas para intentar darles solución.” (CAGATAY et al., 1995 apud CARRASCO, 1999, p.43).

reprodutivo, ficam de fora do âmbito de estudo das teorias econômicas vigentes (COELHO, 2009, p 129).

A redução do comportamento humano a ações egoísta e individualista, a utilização de modelos matemáticos de maximização como instrumento analítico fundamental, só é possível a partir da incorporação de um indivíduo fictício, que a economia neoclássica irá definir como o “homo economicus”, como bem apresenta Coelho (2009, p.129-130):

O sujeito desta análise é então um indivíduo racional, dotado de plenas capacidades físicas e intelectuais, autônomo, autodeterminado, social e familiarmente descomprometido, que prossegue a máxima satisfação das suas necessidades. [...] é um indivíduo motivado pelo seu interesse próprio e dotado de livre-arbítrio e poder de decisão, constrangido apenas pelo rendimento que dispõe.

A este indivíduo são alheias algumas características humanas, como bem exemplifica Coelho (2009), o fato, dos humanos serem seres em constantes relações, e que a partir destas relações, criam-se laços que os tornam dependentes de outros seres, bem como, responsáveis por outros. Fica claro compreender que o recorte de análise neoclássico, erradica de seus métodos e teorias todos os que não se encaixam na forma do homem ideal, ou seja, as crianças, os deficientes, os idosos e as mulheres.

Como o único determinante na tomada de decisões é a renda do indivíduo em análise, todas as outras condicionantes, conhecidas e entendidas, das ações econômicas “– normas sociais, sexo, percepção do interesse próprio – são tratadas como não econômicas (exógenas).” (COELHO, 2009, p. 130).

Tem-se como exemplo a condição da mulher, que tem socialmente seu interesse próprio vinculado ao da família, impossibilitando-a equacionar de forma objetiva seus próprios interesses, ou seja, homens e mulheres não possuem as mesmas oportunidades para escolherem individualmente o que querem para suas vidas. (SEN, 1990 apud COELHO 2009). As decisões tomadas e a forma de alocação dos recursos são diferentes de acordo com a realidade social e cultural de cada indivíduo, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos.

Na escola Marginalista, define-se o valor dos bens a partir de um elemento subjetivo, a utilidade, “ou a capacidade que os bens, as mercadorias e os serviços possuem para satisfazer as necessidades humanas.” (FERNANDEZ, 2008a, p.367).

Segundo Teixeira (2008), nesta teoria se tentará, a partir da Nova Economia Doméstica, conciliar o individualismo metodológico, com a análise econômica da família. “Segundo esta abordagem, é o chefe de família que redistribui a renda familiar e toma decisões sobre consumo para todos os membros da família.” (TEIXEIRA, 2008, p. 38).

Observa-se assim que, apesar dos neoclássicos conseguirem “escapar, da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho” acabaram por reduzir “o problema econômico a uma questão linear de alocação ótima de recursos escassos por agentes racionais.” (FERNANDEZ, 2008a, p.368). Neste sentido, Fernandez esquematizará sete pontos da teoria neoclássica sobre a natureza dos agentes nas interações econômicas, ou ainda, o conjunto de pressupostos sobre o agir econômico, dados sob a formulação sintética do constructo Homo Economicus:

- a) cada indivíduo dispõe de uma lista de preferências, que são conhecidas, bem definidas e comparáveis entre si;
- b) as preferências são transitivas e logicamente consistentes (isso significa que, se o bem A é preferível ao bem B, e B em relação a C, então necessariamente A será preferível a C);
- c) as preferências são exógenas (i.e., formadas fora do âmbito econômico) e permanecem inalteradas durante o processo de trocas;
- d) as preferências de cada indivíduo são independentes, i.e., incomparáveis com aquelas dos demais agentes;
- e) existe informação perfeita no contexto econômico para ambas as partes: tanto em relação às informações relevantes para os consumidores, quanto em relação aos produtores;
- f) os indivíduos agem movidos fundamentalmente pelo egoísmo: são orientados pela racionalidade meios fins com o objetivo de satisfazer seus interesses pessoais e desprezando outros aspectos, considerados irrelevantes no processo;
- g) indivíduos são seres “maximizadores”, que escolhem sempre a melhor alternativa ao menor custo possível. (FERNANDEZ, 2008a, p.368).

A partir destas definições, é possível identificar que a teoria neoclássica “restringe a esfera econômica apenas aquele tipo de ação que reflete preferências fixas e a maximização de suas respectivas utilidades”, deixando assim de fora dos cálculos todo “comportamento não egoísta e auto-interessado, tornando invisível todas as interações norteadas predominantemente pela cooperação, pela solidariedade ou pelo vínculo a algum valor ético [...]” (FERNANDEZ, 2008, p.372). O papel executado dentro do lar, de acordo com Melo e Serrano (1997, p 137), mesmo nas sociedades modernas, tem sido função predominantemente da mulher, isto evidencia o pensamento dos teóricos econômicos no que tange suas percepções do papel da mulher no funcionamento do sistema.

Também, a respeito deste tema, Nobre (s/d, p.1) vai dizer que a chamada economia dominante ou ainda economia neoclássica, apesar de possuir as mais variadas versões, ainda, hoje “partem do princípio de que o motor da economia é o indivíduo suas preferências e escolhas totalmente racionais e explicáveis pelo seu desejo de maximizar a utilidade ao mínimo custo” (NOBRE, s/d, p. 1).

Em sua análise, Faria (2009) cita a indiferença da visão neoclássica quanto à desigualdade de acesso de recursos que cada indivíduo possui, porque o “debate se centra na utilidade da mercadoria e na conduta do indivíduo no mercado”, priorizando o indivíduo apenas como consumidor sem distinções.

Cada um, a partir dos recursos que tem, fará um esforço para maximizar sua possibilidade de consumo. Portanto, não se levam em conta as diferenças de gênero e classe e se realiza uma análise a-histórica: os indivíduos terão sempre o mesmo comportamento.

No capitalismo se consolida a separação entre a esfera pública e a privada, sendo a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, e, logicamente, reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família. (FARIA, 2009. p.16).

Por isso, faz-se necessário uma teoria que consiga incorporar as relações de poder seja de natureza econômica, relacionado ao acesso diferenciado de alternativas, ou de opções normativas, resultantes de valores, como maternidade e paternidade.

A crítica feminista também se assenta no atual método de produção de estatística. De acordo com Masoliver (2012, p.9) “os indicadores são a representação de determinado fenômeno e mostram, total ou parcialmente, a realidade”, sendo que, esta realidade será expressa “de acordo com os parâmetros considerados válidos na sociedade em que se situam”. Ou seja, toda estatística elaborada, o que mede ou deixa de medir, diferente da ideia de neutralidade que se prega, é dirigida pelos objetivos a mensurar e pelo enquadramento teórico a qual se situam (FARIA; MORENO, 2012). Faria completa que estas estatísticas enviesadas, concebidas sob a ótica androcêntrica, além de servirem para análises teóricas, vão orientar políticas públicas que serão incapazes de absorver todo o contingente populacional excluído das pesquisas.

Teixeira (2012) deixa claro em sua análise que de nada adianta uma boa seleção de variáveis e de indicadores se estes não forem capazes de trazer uma

avalição da realidade em que são aplicados, ou se não trouxerem consigo um potencial explicativo; neste ponto, reside a importância em se filtrar os indicadores com as concepções a qual se objetiva demonstrar.

Como dito anteriormente, todo sistema de indicadores terá uma abordagem teórica que vai orientar suas elaborações, ou seja, não é neutro “pois recolhe as orientações ideológicas predominantes no meio social e no acadêmico dentro dos quais se constrói e se desenvolve este sistema.” (MASOLIVER 2012, p.10). Sendo assim, em uma sociedade em que o sistema de indicadores é determinado por um viés patriarcal, não é de se estranhar o papel insignificante que a mulher ocupou até agora (MASOLIVER, 2012).

Neste nível crítico, a mudança na produção de estatística assume um caráter determinante para a consideração econômica dos trabalhos desempenhados na esfera privada, sendo mais um terreno de reivindicações para as feministas. Masoliver (2012) aponta que a inclusão dos indicadores de gênero vai permitir estudar a situação específica de homens e mulheres, e de como determinadas políticas afetam de forma diferente estes grupos sociais, vindo a garantir, políticas mais igualitárias em oportunidades, direcionando para o progresso e a mudança social.

Para o planejamento correto de ação política e da administração é imprescindível dispor de indicadores que detectam preferências, necessidades e prioridades políticas ou sociais das mulheres e dos homens, e que permitam saber em que medida e de que maneira os objetivos e resultados previstos foram atingidos. (MASOLIVER, 2012. p.9).

Por isso, faz-se necessário a inclusão de indicadores não androcêntricos, que possam,

avançar na transformação dos modelos existentes para dar lugar a novas políticas econômicas, sociais e culturais, em que o conhecimento e os valores e as habilidades próprias das mulheres tenham o protagonismo que merecem, e em que as referências que sustentam o conhecimento teórico e empírico incluam as contribuições das mulheres à sustentabilidade da vida humana. (MASOLIVER, 2012. p.10).

A proposta das economistas feministas dá visibilidade, reconhecimento e valor ao trabalho não remunerado, cujo objetivo direto é o cuidado da vida humana, e é neste ponto que reside a dificuldade de seu estudo, a de identificar como os recursos econômicos e trabalho, por exemplo, são distribuídos dentro dos lares (TEIXEIRA 2012).

Teixeira (2012, p.14) aponta, que até os anos de 1950 “o Produto Interno Bruto (PIB) era a única medida conhecida como indicador natural do crescimento econômico, constituindo uma visão restrita à produção de mercadorias.” Com o aumento dos debates de crescimento econômico versus desenvolvimento econômico surgem algumas tentativas de destacar aspectos sociais, para somente assim, avaliar se uma sociedade é ou não desenvolvida.

Passou-se a ter uma visão mais crítica sobre o crescimento econômico, de modo que o desenvolvimento só poderia ser adquirido quando os benefícios deste crescimento fossem capazes de ampliar a capacidade dos seres humanos e, segundo esta abordagem, as capacidades fundamentais dos seres humanos envolvem: “a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) viver em condições materiais dignas; d) ser capaz de participar da vida da comunidade e poder fazê-lo.” (TEIXEIRA, 2012, p.15). A autora aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi um dos primeiros índices a incorporarem esta nova visão e, desde 1990, o IDH de todos os países é calculado e publicado anualmente, mas foi somente a partir de 1995 que surgiram os primeiros indicadores com recorte de gênero formulados pela Organizações das Nações Unidas (ONU).

Um indicador muito importante e que está servindo para avaliar e estudar os processos de divisão do trabalho e as questões de gênero é a chamada estatística sobre o uso do tempo. Esta estatística é uma alternativa encontrada pelas feministas que visa medir o tempo dedicado aos diferentes tipos de atividades realizadas pelas pessoas dentro dos lares, dando uma maior visibilidade ao trabalho não remunerado que se realiza tanto dentro quanto fora de casa, e quem o realiza. (TEIXEIRA 2012)

Com a economia feminista, a economia sai do âmbito das formas e números de especialistas e adquire um caráter real, integrando as experiências cotidianas de produção do viver, é a união do trabalho do mundo público com o trabalho não remunerado no mundo privado (SOF, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de conclusão de curso teve como tema o trabalho das mulheres na teoria econômica feminista. Esta seção apresentará as conclusões obtidas nas análises e, ainda, sugerir algumas recomendações para possíveis estudos futuros.

Durante o desenvolvimento do trabalho proposto, foi identificado que a visão social, no que diz respeito à participação das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas, passou por muitas metamorfoses ao longo dos anos, com avanços em várias áreas do conhecimento.

No campo da ciência econômica, os atuais estudos sobre as diferentes posições sociais e econômicas ocupadas por homens e mulheres, ainda têm um longo caminho a percorrer, tendo em vista as bases teóricas clássicas econômicas, envolvendo a produção capitalista, que separaram o trabalho doméstico do trabalho produtivo, hierarquizando e classificando não somente o trabalho em si, mas os indivíduos que os executam também.

Para se avaliar a temática do trabalho das mulheres na teoria econômica feminista, partiu-se de uma abordagem tendo o gênero como categoria analítica, para assim, compreender de que forma as relações sociais entre os sexos foram sendo construídas, bem como, a divisão assimétrica de papéis atribuídos a homens e às mulheres, não só no ambiente doméstico, mas no mercado de trabalho.

Neste sentido, a inclusão do gênero, como categoria de análise, tem papel fundamental e central na ciência econômica, pois diferenciações de gênero, que nada se relacionam ao sexo biológico ditaram (e ainda ditam), atividades e comportamentos para mulheres e homens, servindo como meio de discriminação, desigualdade, hierarquização e subordinação das mulheres, limitando e até mesmo impedindo a participação feminina como membro da sociedade, bem como sua real importância social.

Os pensadores clássicos econômicos viviam em um período de transição e reestruturação da realidade social, onde, os processos de industrialização, que iniciavam o movimento de diversas cadeias produtivas, econômicas e sociais, estavam a todo o vapor, desta forma, todas suas análises acabaram voltadas ao

processo de produção de mercadorias. Em tal contexto, as mulheres eram tidas como reprodutoras e dona de casa em primeira instância, uma vez que sua verdadeira responsabilidade social seria o cuidado do lar, enquanto os homens eram responsáveis pelo sustento da família, por meio do trabalho assalariado no espaço público.

Pode-se sugerir, com condescendência, que as teorias econômicas clássica e neoclássica, negaram às mulheres seu papel enquanto agentes econômicos. Isto porque nenhuma das abordagens é capaz de absorver o trabalho não quantificável desempenhado no lar, atividades econômicas não mercantis, suas articulações com a produção capitalista e a participação da mulher na criação força de trabalho.

Como discutido, não existe decisão neutra, política neutra, estudo neutro; ao optar por eliminar um considerável contingente populacional de suas análises, a teoria econômica neoclássica e os programas de desenvolvimento baseados nesta possuem em seus enfoques parcialidade e forte componente de gênero.

É importante dar visibilidade a esta questão para que estudos mais específicos e aprofundados possam ser desenvolvidos neste sentido, pois, as atuais informações nacionais disponíveis são insuficientes. A inclusão dos indicadores de gênero possibilitaria um avanço significativo na valoração do trabalho reprodutivo.

Mensurar a contribuição dos afazeres domésticos para o PIB é uma decisão política. É possível valorar o trabalho doméstico invisível até hoje na contabilidade nacional, mas não sob os cânones que as atuais análises econômicas subjazem.

Como limite, para desenvolver este estudo, por exemplo, cita-se o tempo de elaboração e entrega do trabalho, tendo em vista que muitos temas não puderam ser aprofundados por esta questão.

A partir das conclusões alcançadas no presente trabalho, alguns indicativos de pesquisa futura seriam: confrontar as teorias com mais fôlego, abordar a segmentação dos setores no mercado de trabalho ocupado por homens e mulheres, ampliar o estudo e a crítica à teoria neoclássica, bem como abordar de forma mais pontual com estudos empíricos da concretização de políticas públicas de apoio à reprodução social.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundária? 2007. 328p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>>. Acesso em: 22 fev.2016.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (Coord.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal. 2006.

CARRASCO, Cristina. “Introducción: Hacia una Economía Feminista”. In: Carrasco, Cristina (ed.). **Mujeres y economía**. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999. p.11-55.

COELHO, Lina. Economia Feminista. In: CATTANI, Antonio David et al. (Orgs). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, S/A; Almedina Brasil, 2009. p. 128-133.

FARIA, Nalu et al. Introdução. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 13-29 Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Livro_Estatisticas_Rurais_e_a_Economia_Feminista_0.pdf Acesso em: 10 set.2015.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Apresentação da Edição brasileira. In: CARRASCO, Cristina (Org). **Estatísticas sob suspeitas**: Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012. p. 5–7. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Estatisticas.pdf>. Acesso em: 12 mai.2016.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 359-385, ago. 2008a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan.2016.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo. In: **3º Prêmio construindo a igualdade de Gênero**: Redações e artigos científicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial De Políticas Para Mulheres, 2008b. p. 37-55. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2012/ig/pdf/spm_3premio_web.pdf> Acesso em: 12 mai.2016.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. V.II. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política**. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MASOLIVER, Marta Selva. Apresentação. In: CARRASCO, Cristina (Org). **Estatísticas sob suspeitas**: Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012. p. 09–10. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Estatisticas.pdf>. Acesso em: 10 out.2015.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2016.

MELO, Hildete Pereira; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma. (Org.) **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p.137-159.

NOBRE, Mirian. **Introdução à Economia Feminista**. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20a%20economia%20feminista%20-%20Miriam%20Nobre.pdf>. Acesso em: 10 abr.2016.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 645-652, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200645&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2016.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**: Com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2.ed Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Trabalho visível e trabalho invisível. **Revista Ciência e Cultura**, s/d.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p.71-99.

SOF Sempre Viva Organização Feminista. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.pdf>. Acesso em: 30 jani.2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Sistema de indicadores de gênero. In: CARRASCO, Cristina (Org). **Estatísticas sob suspeitas**: Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012. p. 13–30. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Estatisticas.pdf>. Acesso em: 12 jun.2016.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, vol.12, n.1, p. 31-45, 2008. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/94/70>. Acesso em: 10 fev.2016.